

*Manique* no dia da procissão do corpo de Deos, persuadindo-o que havia uma conspiração formada para o matar por meio de barris de pólvora escondidos nos canos das ruas por onde devia passar; e que esta era tramada pelos jacobinos Portuguezes, associados com os jacobinos de França, porque este epitheto de *jacobino* era então a palavra exterminadora do tempo. Desde a epocha deste absurdo estratagemá todos os terrores se apossaram da sua alma baixa e pusillanime; e desde então não foi mais do que um desprezível e insignificante instrumento nas mãos de seus adutores e validos.

A sua entrada no governo como regente deo logo a conhecer qual seria o seu futuro reinado; porque arrancou o sceptro das mãos de sua mãe como um verdadeiro usurpador. Contra as leis fundamentaes da monarchia, e leis que já se haviaõ posto em execução depois que a familia de Bragança tinha sido chamada para o throno, isto he no impedimento, ou abdicación forçada de D. Affonso VIº, se declarou elle regente sem nenhuma formalidade legal, e calcando aos pes tudo o que havia entre nós de mais santo e mais sagrado. Não se fez patente com a indispensavel legalidade, que taõ extraordinaria medida requeria, a incapacidade fisica de sua mãe; e por conseguinte por este acto arbitrario se constituiu elle inquestionavelmente usurpador. O unico dos ministros que então formavaõ o seu conselho, e que se oppoz a esta temeraria e escandalosa medida, foi José de Seabra, o qual, apezar de em todo este seu segundo ministerio ter sempre mostrado uma criminosa indifferença por todos os interesses publicos, so efficazmente cuidadoso dos seus, mostrou

com tudo desta vez uma força de opinião, que não parecia propria do seu character essencialmente egoista. Mas talvez so assim o fizesse por conveniencia propria; porque sendo elle uma creatura da rainha, a quem tinha feito grandes serviços, trahindo a confiança de seu pai, el-rei D. José, era natural que esperasse governar mais absolutamente em seu nome do que no de seu filho, uma vez declarado regente. O caso he, que quaesquer que fossem os motivos desta sua ousada resolução, elle cahio immediatamente na desgraça do novo regente; perdeu o seu logar no ministerio, e foi mandado sahir de Lisboa, como desterrado, para a sua quinta do Canal, perto da Figueira.

Consta que o ministro que mais efficaçmente aconselhara, e induzira o regente a tomar esta illegal deliberação, fora Luis Pinto, depois por este e outros iguaes serviços creado visconde de Balsemao com as honras de grande. O certo he que a elle se entregou entao a pasta dos negocios do reino, tirada a José de Seabra, e que viveo e morreo secretario de Estado, sempre em grande valimento. Entrado na posse pacifica da regencia, apezar da manifesta violação das leis fundamentaes da monarchia, começou D. Joao VIº o seu governo debaixo de funestos auspicios, os quaes successivamente se forao manifestando em todo o longo periodo da sua regencia e reinado. Nunca tinha esquecido ao governo Francez o insultante comportamento que para com elle havia tido o imbecil gabinete de Portugal; e como por esta mesma epocha tivesse passado aquelle mesmo governo das maos ineptas do Directorio para as vigorosas e fortes de Napoleao, tratou este logo de de-

sagravar neste ponto o nome Francez. Queria Napoleão forçar os Inglezes a fazer a paz, e para melhor o conseguir quiz servir-se das forças de Hespanha e Portugal. Ligou-se, portanto, estreitamente com a primeira, e por meio della procurou obrigar o ultimo a entrar nos seus planos contra os Inglezes. O nosso governo de regencia, fraco, indeciso, e estulto, apezar de se ver em uma verdadeira hostilidade com a França depois da não ratificação do tratado de Araujo, não se tinha preparado para a guerra, nem pelo augmento e preparo de suas proprias forças, nem pelo auxilio estrangeiro, e apezar disso resistio estupidamente a todas as requisições da França e de Hespanha, e dispoz-se a morrer pela sua alliada Inglaterra, sacrificio, que ella taõ briosamente lhe tinha pago até ali como lho tem estado pagando até o dia de hoje, 15 de abril de 1829, em que por uma escandalosa politica, e por uma ingratitude inaudita, ainda ella está sustentando um usurpador em Portugal contra os direitos de um rei, e uma joven rainha, que á face de Deos e dos homens taõ solemnemente ja reconhecera!

A consequencia de todas estas miserias, fructo necessario de todos os governos absolutos, foi que em quanto um exercito Francez ja penetrava pela Hespanha contra Portugal, um outro Hespanhol ja tinha invadido o nosso territorio, tinha tomado algumas praças fronteiras, e até haveria chegado a Lisboa se a politica Franceza entaõ lho houvera permittido. Nestas tristes circumstancias recorreo o miseravel governo Portuguez ás armas dos fracos, prostrou-se de joelhos, e implorou a paz, a qual, ainda que foi a mais ignominiosa, não era

nesse tempo difficil, porque ja Inglaterra estava a ponto de fazer a sua, e todo este apparatus guerreiro contra nós não tinha sido mais do que um stratagem de Napoleão para mais facilmente a conseguir, a qual com effeito conseguiu quasi immediatamente pelo tratado de Amiens.

A nossa paz com Hespanha foi assignada em Badajos por Luis Pinto, visconde de Balsemao; e foi ella digna de ser tratada e assignada pelo mesmo homem, que havia promovido e aconselhado a usurpação da regencia, porque entao perdemos a praça e o territorio de Olivença, e pela primeira vez, depois da creação da monarchia, vimos retalhado o nosso territorio na Europa. Logo depois, e no mesmo anno de 1801, se assignou tambem em Madrid a nossa paz com a França, pela qual perdemos uma grande porção da Guiana, sendo negociador della Cipriano Ribeiro Freire.

Nestes dois desgraçados tratados de paz houve duas circumstancias, que merecem ser mui particularmente mencionadas. Foi a primeira a incomprehensivel demencia com que o ministerio Portuguez entrou nesta guerra de 1801 contra a França e a Hespanha sem para ella se preparar com os recursos internos, que sempre tem uma nação quando de veras se quer defender, nem com os recursos externos que podia e devia requerer de seus alliados. Arremecou-se, portanto, no meio das batalhas como um demente ou furioso, que sem nenhum calculo e sem nenhuma reflexão se vai precipitar loucamente nas pontas de muitas espadas dirigidas contra elle. Nem á Inglaterra este acto de consumada demencia importou cousa

alguma ; porque a ella não importaõ nem ja mais importaram os negocios de Portugal , senaõ quando estes estaõ directa ou indirectamente ligados com os seus proximos interesses. Alem disto , o gabinete Britannico estava taõ certo da sua proxima paz com a França , que bem pouco ou nada se lhe dava que Portugal fosse momentaneamente esmagado ou vilipendiado , como , com effeito , o foi desta vez.

A segunda circumstancia he , que o gabinete Inglez cumprio nesta occasiaõ as obrigações de garantia , que havia contrahido connosco pelo tratado de casamento e alliança do anno de 1661 , com a mesma boa fé e generosidade com que antes as tinha sempre cumprido , e as tem continuado a cumprir até o dia de hoje , 18 de abril de 1829. Não pudemos conseguir a nossa paz de Badajos com Hespanha , nem a de Madrid com a França , senaõ com o sacrificio , alem de muitos milhões de cruzados , de *Olivença* para a primeira , e uma porção *da Guiana* para a segunda. O governo Britannico não so vio estas nossas perdas indifferentemente sem se oppor a ellas , como tinha de estricta obrigação pelo tratado de 1661 , porem mostrou ainda , alem desta indifferença , um egoismo taõ notoriamente offensivo da nossa dignidade ou cathegoria politica , que so elle teria bastado para nunca mais tornarmos a confiar em similhante alliança , nem nos tornarmos a sacrificar por taes aliados. Os preliminares do tratado de Amiens foraõ assignados so com a differença de mui poucos dias daquelle em que em Madrid foi assignada a nossa paz com a França : por consequencia se o gabinete Britannico nos tivesse tratado com aquella lealdade que lhe

cumpria ter com um tão antigo e fiel alliado, devia participar-nos com anticipação e com a possível regularidade o estado e a marcha das suas proprias negociações, para não precipitarmos a nossa, nem assignarmos condições assás onerosas, ou assás aviltadoras. Não o fez porem assim, porque so cuidou em fazer boa a sua paz; e o resultado foi, que entre outras indignidades por que passámos, demos a irrisoria e a insultante promessa de fechar os portos aos Inglezes naquelle mesmo momento em que a França ja sabia que tal clausula não era necessaria. O governo Francez quiz humilhar-nos com esta irrisoria condição, o que não era para admirar por parte de um governo que estava altamente offendido do nosso comportamento; porem o era muito por parte do governo Inglez, que tinha por sagrado dever o avisar-nos para não passarmos por esta humilhação.

Naõ foi porem ainda esta a maior offensa que desta vez sofremos por parte de Inglaterra; ha outra ainda maior, que mostra o seu excessivo egoismo, e a indifferença e desprezo com que sempre tem tratado as nossas cousas, quando estas não são directa ou indirectamente os instrumentos dos seus interesses. O governo Francez, ou por melhor dizer, Napoleaõ, consentia em que se nos restituísse Olivença com tanto que Inglaterra tambem da sua parte cedesse a ilha da Trindade aos Hespanhoes. Naõ foi porem possível persuadir a nossa chamada alliada a que consentisse nesta cessaõ á Hespanha em favor de Portugal, que so por ella se tinha exposto a esta guerra, e a todos os odios do gabinete Francez; e por consequencia, por este escandaloso

procedimento para comnosco, fomos forçados a perder Olivença, e a ver assim mutilado o nosso territorio mais pelo egoismo do gabinete da nossa aliada do que pelas armas dos nossos inimigos. Napoleaõ fez nesse tempo publicar esta circumstancia odiosa, da qual o gabinete Britannico não fez caso; porque nada o assusta ou nada o incommoda quando tem preenchido os seus planos de interesse, sempre indifferente a quanto o mundo possa dizer delle uma vez que cumprio seus intentos. Com tudo, he preciso confessar, e declarar altamente, que neste caso taõ generoso se mostrou Napoleaõ para com a sua aliada, a Hespanha, quanto illiberal e egoista se mostrou para comnosco o governo Inglez.

A paz de Amiens foi uma verdadeira tregoa, porque logo no anno de 1803 se rompeo, e nós, em virtude da nossa fatal alliança com Inglaterra, nos tornámos a achar consequentemente na mesma falsa posicão em que estavamos antes da paz. Uma das causas desta falsa posicão era o character de D. Joaõ VIº, o qual em razãõ da sua timidez natural, augmentada pelos sustos artificiaes com que o seu espirito acanhado era constantemente atormentado pelos homens em que mais se confiava, tinha tomado por principio de consumada politica o trazer sempre divididos e inimigos os seus ministros, e por este modo nunca ter um verdadeiro ministerio. Compunha-se portanto este aggregado de ministros, a quem taõ impropriamente se dava o nome de ministerio, de elementos absolutamente contrarios, com opiniões politicas oppostas, e por consequencia sempre influidos por interesses diversos. Neste estado de cousas não era entãõ possivel seguir uma mar-

cha certa ou segura na difficil estrada politica dos tempos ; e esta incoherencia , e incerteza entraõ nas causas principaes dos erros e desgraças deste reinado.

Achando-se pois Napoleaõ novamente em guerra com os Inglezes, era da sua politica trazer a si a Hespanha, e de caminho com ella Portugal. Nestes termos tornou a exigir de nós a nossa separaçã de Inglaterra ; mas como existisse sempre em o nosso gabinete a mesma divisaõ de opiniões, inclinando-se uns para o systema Francez, e sendo outros positivamente do partido Inglez, veio-se em fim a um meio termo, o qual foi o comprarmos a nossa neutralidade por 15 milhões de francos, em virtude de um tratado assignado em Lisboa em 1804 pelo general Lannes e Luis Pinto. Foi esta medida de comprar a neutralidade naõ so muito impolitica porem até muito estulta ; porque era desconhecer absolutamente o character de Napoleaõ o persuadirem-se que elle se podia contentar com esta incompleta decisãõ. Pareceo contentar-se com ella, porque a esse tempo principiava a envolver-se em novas guerras no continente, e ao mesmo passo nos lha tirando dinheiro por esta sua temporaria condescendencia ; e da mesma sorte tambem Inglaterra mostrou tolerar-nos esta nossa apathia, porque trazendo Napoleaõ assás occupado com as guerras do Norte, via que ainda naõ era chegada a epocha de combater braço a braço com elle. Todavia se entre nos tivesse havido um ministerio, e este intelligente e bem unido entre si, devia elle, por certo, conhecer, que nós deviamos aberta e francamente seguir ou o systema continental, ou a politica insular e Britannica : mas esta



falta ou de intelligencia, ou de boa vontade, ou em fim de verdadeiras virtudes patrioticas, perdeo-nos entã como sempre, antes e depois, nos tem desgraçadamente perdido.

Esta condescendencia de Napoleaõ durou até que elle poz fim por uma serie de victorias á guerra do Norte; e entã ja desembaraçado dos negocios daquella parte voltou-se immediatamente para o Sul, e para os negocios da nossa Península. Era facil de prever, que depois de haver esmagado a coalizaõ, fomentada e paga por Inglaterra, corresse logo a combater esta sua implacavel inimiga nos seus ultimos intrincheiramentos continentaes, que eraõ Portugal e Hespanha; mas para nada disto olhou com a devida attençãõ o imbecil, ou corrupto ministerio Portuguez. Cuidando que se salvara, empregando a miseravel politica da dissimulaçaõ e dos enganos, e fazendo a cõrte ora á Inglaterra ora á França, loucamente pensou que poderia conservar por longo tempo a sua fingida neutralidade. Naõ era porem Napoleaõ homem para se deixar illudir por taõ miseraveis stratagemas. Tomou, por consequencia, a decidida resoluçaõ de tirar á Inglaterra a administraçaõ de Portugal, e para isto de o fazer occupar por um exercito. Havendo-se para este fim ja entendido com a Hespanha pelo famoso tratado de Partilha, feito, e ratificado em Fontainebleau em 29 de outubro de 1807, expedio contra Portugal um exercito, commandado pelo general Junot, que entrou em Lisboa no dia 30 de novembro do mesmo anno, sem que por todo o caminho encontrasse a mais pequena resistencia, porque para ella o nosso desgraçado governo naõ se tinha preparado nem

com as forças e recursos domesticos, nem com o auxilio dos estrangeiros, pelos quaes taõ imbecilmente sacrificara a honra, a independencia e a patria.

D. João VIº, ainda entaõ principe regente, com toda a sua familia, e grande numero de dependentes da côrte e do governo, anticipou a entrada do exercito Francez, embarcando-se no dia 27 de novembro, e sahio da barra por um dos azares mais favoraveis da fortuna na manhã do dia 29, levando atraz si quantas riquezas publicas e particulares a rapacidade de seus agentes pôde nessa arriscada circumstancia arrebatat e accumular. Assim, esta retirada, ou antes esta fugida tumultuosa e confusa, transtornou não so uma parte dos planos de Napoleão, mas todo o systema politico de Portugal. Um ministerio imbecil, senaõ corrupto, e vendido á politica estrangeira, e demais presidido por um principe sem character, fraco e medroso, não tinha sabido ou não tinha querido fazer a paz nem a guerra; e desta forma desamparou cobardemente o terreno que era obrigado a defender, com a mesma precipitação e desaccordo com que de ordinario se foge de uma casa que se vê de repente incendiada, e quando ja não ha mais tempo senaõ para salvar o corpo e a vida. Ainda quando esta medida fosse considerada como prudente e necessaria, devia ella ter sido o resultado de mui serias e profundas meditações anteriores, e nunca uma resolução de um momento, pela qual se desamparava tudo, recommendando unicamente aos que ficavaõ, *que obedecessem ao invasor!*

Com effeito, em toda a historia dos crimes dos governos não se encontra uma recommendação taõ

vergonhosa; mas cobardes, que fugião, não podião recommendar senão a cobardia. Esta ainda mais se manifestou na escolha que se fizeram os fugitivos do logar em que foraõ esconder a sua vergonha. Pediaõ a razão e a boa politica que, ainda quando fosse necessario pôr a salvo o principe e o governo, fosse isto no logar mais proximo ao centro da monarchia invadida, uma vez que neste logar houvesse toda a segurança. Assim na Madeira, ou na capital dos Açores teriaõ elles certamente encontrado um refugio bem seguro, e o melhor accommodado ás circumstancias em que se achava Portugal, particularmente quando este podia contar com o auxilio da superioridade das forças maritimas Inglezas. O medo porem não os deixou raciocinar desta maneira: os cobardes fugitivos não se deram por seguros em quanto se não podessem embrenhar pelos desertos do Brasil.

Se reflectirmos nos effeitos da influencia fatal que Inglaterra sempre tem tido em os nossos negocios desde que a familia de Bragança foi chamada para nos governar, e como elles tem sempre dirigido os mesmos negocios exclusivamente em seu proprio interesse e proveitos, não será temerario o dizer-se que esta fugida para o Brasil não foi so uma consequencia de cobardia por parte do ministerio que entãõ formava o governo em Lisboa, mas uma combinação premeditada do gabinete Britannico para se hir apoderar do commercio do Brasil, pelo qual havia tanto tempo anhelava (1). Não pode haver

---

(1) O visconde Palmestrou confessou publicamente isto na sua falla contra D. Miguel no 1º de junho 1829.

duvida de que Inglaterra via com muito ciúme as Americas Hespanhola e Portugueza fechadas á sua mercantil avareza, e que devia por conseguinte trabalhar quanto lhe fosse possivel para as abrir o mais cedo que podesse. Aproveitou, por tanto, a oportunidade que a invasão Franceza lhe dava para realisar este seu grande projecto, insinuando, e inspirando a idea da emigração da côrte e do governo para o Brasil. Esta conjectura converte-se em realidade quando se reflecte na indifferença com que o ministerio Inglez vio o aperto em que estivemos com a França e Hespanha desde do anno de 1800, e o nenhum caso que fez da tempestade que tambem vio principiar a cahir sobre nos em 1807: pois a não ser assim, como se poderia explicar que Inglaterra quizesse perder sem nenhuma opposição o unico terreno em que podia pôr o pé no continente para inquietar Napoleão, e o unico porto que tinha para poder recolher as suas esquadras desde Gibraltar até as costas Britannicas? O grande e perpetuo interesse da posse mercantil do Brasil fez portanto desprezar por um momento o outro interesse de conservar Portugal, que por entã se julgou secundario, e com probabilidades de ainda se poder restaurar.

Corroborã-se ainda estas conjecturas com o procedimento que a mesma Inglaterra logo começou a ter com America Hespanhola tanto que as tropas Francezas invadiram a Hespanha. A primeira insurreição contra a mãe patria que ali se manifestou foi dirigida pelo general Miranda; e este era um agente de Inglaterra, nomeado, e pago por ella para separar da Europa aquelle immenso e rico paiz. E quaes

eraõ os motivos de todas estas combinadas intrigas? Nenhuns outros mais do que os seus constantes projectos de se apoderar de todo o commercio e riquezas do Novo Mundo. Assim esta nova Carthago, taõ avara e egoista como a antiga, nada lhe importa que todo o mundo nade em sangue e se cubra de ruinas, com tanto que entre ellas possa descobrir alguns thesouros com que alimente a sua insaciavel avareza. Na sua politica naõ entraõ outros calculos senaõ os mercantis; e para os realisar sacrificará sempre o genero humano sem nenhum remorso, assim como sem nenhuma piedade. Meditando pois seriamente em tudo quanto acabo de dizer, naõ parecerá temeridade o affirmar, que o plano de hir a nossa côrte e governo para o Brasil, em vez de ficar na Madeira ou nos Açores, foi preparado de antemão, e depois astuciosamente insinuado pelo gabinete Inglez para se aproveitar directamente do commercio e riquezas daquelle vasto paiz. E ainda menos temeraria parecerá esta conjectura a quem reflectir, que a separaçã e independencia do Brasil foraõ ultimamente a obra da mesma composaçã e fabrica Ingleza.

Deitando agora a vista para tudo o que se passou em Portugal desde o anno de 1793 até o de 1807, e meditando-se imparcialmente sobre toda essa longa serie de males e desacertos, que soffremos por effeito de imbecis ou corruptos ministerios, que successivamente uns apoz outros se seguiram, parece ser licito perguntarmos: E por todas estas calamidades, e por todos esses vicios de uma corrupta e dissipada administraçã, e de uma ainda mais corrupta politica teriamos passado, se entre

nós tivesse havido uma verdadeira representação nacional, fructo de um systema constitucional, e regular? Por certo que não; porque as vozes da nação se haviaõ por muitas vezes de ouvir por meio dos orgãos dos seus representantes, e estes haviaõ tambem de pôr limites quer á demencia quer á ignorancia, ou quer á corrupção do governo, que taõ erradas ou taõ viciosas medidas tomasse. Por falta deste governo constitucional, a que temos inalienaveis direitos, he que temos tambem visto e soffrido o que talvez nenhuma outra nação civilisada tenha visto e soffrido; e he esta a mais forte razão que igualmente temos para nunca, sob qualquer pretexto que seja, cedermos a ninguem esses nossos direitos, hoje taõ publica e solemnemente consagrados na Carta constitucional de 29 de abril de 1826.

Em quanto o regente, a sua familia, a côrte e adherentes hiaõ navegando para o Brasil, carregados de riquezas e das maldições do povo que se via cobardemente desamparado por aquelles que tinhaõ por dever e obrigação defende-lo ou morrer com elle em defeza da liberdade nacional e da patria, o governo Britannico, mostrando-se entaõ mui satisfeito com esta resolução, apoderava-se com o seu costumado desinteresse da nossa importante ilha da Madeira, querendo em todo o caso, uma vez que o reino cahisse para sempre no poder de Napoleaõ, ganhar mais essa nova posição maritimomilitar á custa do pobre Portugal, que so por Inglaterra e interesses della se perdia. Para que esta sua nova conquista fosse firme, levantou nella a sua bandeira, e cuidou logo em a fortificar com

uma numerosa guarnição; a fim de que, se as circumstancias o permittissem, a pudesse desde logo adjudicar sem trabalho aos outros seus dominios. Os pretextos com que o mesmo governo Britannico quiz corar este seu comportamento, foraõ o ser ella a hypotheca destinada para o pagamento de algumas mil libras esterlinas que elle tinha emprestado para favorecer a fugida do regente et da sua cõrte, e ao mesmo tempo o desejo que tinha de a defender contra as forças de França. Com tudo, mais que frivolos eraõ estes pretextos, porque foraõ ao mesmo tempo os mais illiberaes, e os menos generosos; pois quem poderia com effeito esperar que um governo, que se dava por verdadeiro amigo, exigisse de um seu antigo alliado perseguido e fugitivo uma tamanha hypotheca por uma somma taõ insignificante (1), quando este seu antigo alliado lhe hia abrir todo o continente do Brasil, e nelle um extensissimo mercado a todas as suas manufacturas? Alem disto, se a posse da Madeira era so para a livrar do poder de Napoleaõ, porque não tomou Inglaterra o mesmo interesse pelas ilhas dos Açores, e não metteo nellas guarnições? Não eraõ todas estas ilhas de Portugal como era a da Madeira? Logo bem se vê, que a afeição particular, que o gabinete Britannico mostrou so por esta ilha, tinha motivos occultos mais poderosos do que esses que entaõ se publicaram.

O primeiro passo que deo D. Joaõ VIº, ainda principe regente, assim que tocou na Bahia, e ali se

---

(1) Consta que fõra de 600,000 libras esterlinas.

demorou algum tempo, foi o abrir amplamente os portos de todo o continente do Brasil ao commercio e navegação dos estrangeiros sem nenhuma restricção para o presente, e o que he mais, nem ainda para o futuro: Assim por este acto de 28 de janeiro de 1808, datado da Bahia, assignaram logo os conselheiros do principe a desmembração da monarchia, e a futura e irrevogavel emancipação ou independencia do Brasil. Dois annos depois, em 1810, os desastrosos tratados de commercio e alliança que o gabinete do Rio de Janeiro fez com Inglaterra sem sequer se lembrar da possibilidade dos futuros destinos do abandonado Portugal, completaram desapiedadamente a obra tenebrosa que o acto de 1808 tinha começado. Para melhor dar a conhecer quaes foraõ e deviaõ ser as consequencias fataes destes monstruosos tratados, que completaram a nossa ruina, e quasi nos aniquilaram como nação commerciante e industriosa, exporei aqui em breve qual era o nosso estado economico e politico no tempo em que foraõ assignados e ratificados pelo governo do Rio de Janeiro; e depois passarei a mostrar rapidamente o character das estipulações assassinatoras ou mortiferas, que nelles se achaõ comprehendidas, a fim de que o futuro governo Portuguez abra por uma vez os olhos, e emende os erros ou os crimes dos governos que o precederam.

Quando D. João VIº, entãõ principe regente, sahio de Lisboa para o Brasil, os dois continentes da Europa e da America se achavaõ fechados ao commercio Inglez; e ja em Inglaterra começava a desenvolver-se uma revolução espantosa entre os fabricantes e seus operarios por falta de occupação ou emprego,



a qual de certo viria a ter bem funestos resultados se tão promptamente lhe não abrissemos os nossos, e assim a livrassemos da grande catastrophe que a estava ameaçando. Então ainda nós eramos, proporcionalmente fallando, uma das mais ricas nações, apesar de ja termos muito decahido do que antes tinhamos sido no ministerio do portentoso Pombal.

Alem da grande riqueza que muitos particulares possuiaõ, e uns tinhaõ em fundos, principalmente estrangeiros; outros em numerario, em suas casas; e outros em fim em giro de commercio; haviaõ em Portugal muitas centenas de fabricas de tudo quanto era necessario não so para o uso mas até mesmo para o luxo de um povo. Suppriaõ ellas quasi as precisões de toda a populaçaõ Portugueza nas quatro partes do mundo, e se algum adjutorio se recebia ainda das manufacturas estrangeiras, consistia este simplesmente em algumas fazendas de lã, e algumas de linho, conhecidas pelos nomes de *bretanhas*, *crés*, *hollandas*, e *aniagens*. As nossas sedas ja emparelhavaõ com as melhores que se faziaõ em outras partes; e quasi toda a populaçaõ pobre, que sobejava a outras occupaões, se empregava em fabricar alguma cousa, de sorte que talvez a mendicidade de Portugal naquelle tempo fosse inferior á de outra de qualquer parte da Europa, em proporçaõ da nossa populaçaõ. Tinhamos, finalmente, um grande numero de navios mercantes, e para os defender e auxiliar ainda a nossa marinha de guerra constava de trinta e tantas embarcaões, em que entravaõ náos, fragatas, brigues, cutters, etc.

Em taes casos, e em tal posiçaõ, como esta em que nos achavamos, que deveria ter feito o governo

Portuguez, se fosse illuminado e prudente, quando chegou ao Brasil? Deveria ter legislado segundo as circumstancias politicas do tempo, tendo sempre em vista a conservaçã da propriedade e prosperidade de que estavamos de posse, sem nunca as procurar abandonar a calculos cobardes, ou a terrores prematuros. Devia, portanto, resistir com energia e dignidade a fazer tratados de commercio em tal posiçã e em tal epocha, em que os destinos do futuro eraõ taõ duvidosos, ou incertos; e quando algum em fim se resolvesse a fazer com Inglaterra, lhe devia ter dictado as condições, porque entã estava bem no caso de fazer o que quizesse. Com effeito se o governo residente no Brasil conhecesse bem as vantagens da sua situaçã, o resultado necessario seria o terem os Inglezes concordado em quanto elle lhes propoesses, com tanto que lhes deixasse desembarcar seguramente as suas tropas em Portugal, e assim podessem contar com a nossa firme e sincera cooperaçã. Tinhaõ entã os Inglezes a absoluta necessidade de combater os Francezes na Peninsula para naõ serem obrigados a dar-lhes batalhas ás portas de Londres, uma vez que Napoleaõ taõ terrivelmente os ameaçava de perto; e por isso andavaõ ja pagando com maõ larga em todas as partes da Europa, a quem os promettia ajudar. E neste caso, quaes seriaõ as concessões que elles naõ estariaõ promptos a fazer-nos se delles as tivessesmos exigido? Mas, sendo isto entã geralmente visto nesta luz por todos os que tinhaõ olhos para ver o que actualmente se passava, desgracadamente para nos, so a esta luz foi cego o governo Portuguez no Brazil.

A mesma cegueira e a mesma demencia caracte-

risavaõ o governo secundario que nos tinhaõ deixado em Lisboa. Sem nenhum custo o exercito de Junot occupou todo o Portugal; e o que he mais notavel, até sem desgosto dos seus abandonados habitantes. Os Portuguezes enfastiados da corrupçaõ, da inepecia, e até da cobardia da côrte e do governo, que taõ desairoza e precipitadamente os tinhaõ desamparado na hora da infelicidade e do perigo, e os tinhaõ, por assim dizer, forçado a procurar no inimigo uma proteecaõ que em seu proprio governo não haviaõ encontrado, longe de olharem a fugida da côrte e a occupação Franceza como duas grandes calamidades, antes as consideraram como um porto de asilo, e salvaçaõ. Assim se explicaõ a satisfacçaõ, o socego, e até a boa vontade com que por toda a parte foraõ recebidas as tropas Francezas, atravessando e viajando por todo Portugal com tamanha segurança como se caminhassem por França. Nem se diga que eraõ so os *denominados* jacobinos Portuguezes que assim receberam os Francezes; era todo o povo, e eraõ todas as classes de habitantes; e este facto mostra com toda a evidencia o desgosto geral da naçaõ, e o desprezo que toda ella tinha por um governo, e por uma côrte imbecis que, depois de haverem commettido todos os desacertos e dilapidações imaginaveis, acabaram por vergonhosamente a desamparar. O gabinete Francez, ou para melhor dizer, Napoleaõ, não se soube poreu aproveitar de taõ felizes circumstancias; sim, circumstancias taes, e taõ favoraveis, que, se fossem bem aproveitadas, teriaõ sem duvida transtornado por uma vez não so o estado actual da Peninsula, mas a politica actual da Europa.

Os extemporaneos e extravagantes decretos, que quasi logo se seguiram á occupação Franceza, pelos quaes não so se declarou que *a familia de Bragança tinha cessado de reinar*, mas se impoz a toda a nação uma contribuicao de guerra de quarenta milhões de cruzados *para resgate de todas as suas propriedades*, excitaram immediatamente uma aversão universal contra os infatuados usurpadores, que, tendo entrado, e tendo sido recebidos como amigos, depois ensoberbecidos com a facilidade da entrada, estultamente despiram a mascara, e se deram por conquistadores. Mui poucos Portuguezes, por certo, houveram entãõ, ainda mesmo d'entre aquelles que haviaõ festejado a sua vinda pelos motivos ja expostos, a quem taõ absurdo e barbaro procedimento não indisposesse e irritasse. Se alguns porem ainda houveram, que descaradamente continuaram a favorecer a usurpação Franceza, foraõ individuos, quasi todos, pertencentes á classe desses insectos dourados, que sempre estaõ promptos a acudir á voz do poder que dispensa as honras e as riquezas, qualquer que seja a natureza desse poder, com tanto que os farte e que os engorde.

Muitos delles, e que compunhaõ essa imbecil e fantastica regencia, que a cõrte nos tinha deixado em testamento para nos entregar aos Francezes, foraõ taõ indifferentes á deshonna e vergonha Portugueza, que até se deixaram despojar da auctoridade que o governo fugitivo lhes tinha conferido, sem sequer terem valor para fazer um protesto solemne contra a violencia que sofriaõ. Mas talvez que nem elles a considerassem como tal, porque nesta mesma classe da nobreza se acharam depois muitos que,

sem pudor e sem character, deram seus nomes para se pedir a Napoleaõ um rei da sua familia.

He verdade que entre os que se assignaram para pedir um rei a Napoleaõ houve tambem muitos que pertenciaõ ás classes do povo; mas estes nenhuma obrigaçaõ tinhaõ de defender um governo que os tinha desamparado na hora do perigo, e cobardemente os havia feito cahir debaixo do jugo estrangeiro. Naõ tendo nada das mercês do principe nem da cõrte, podiaõ muito bem, sem desdouro, escolher outro que melhor os governasse: naõ podiaõ porem fazer o mesmo sem summa deshonna e ingraticidaõ todos aquelles que tinhaõ titulos, e commendas por mercê da corõa, ou eraõ officiaes e creados da casa daquella mesma familia que queriaõ destronisar. A honra, e até o decoro pediaõ que sacrificassem tudo para sustentar sua lealdade e gratidaõ. Mas naõ he isto para admirar: dos que entaõ foraõ perjuros ao pai tambem depois quasi todos o foraõ a seu filho e a sua neta, el-rei D. Pedro IV<sup>o</sup>, e a rainha D. Maria II<sup>a</sup>.

O desgosto geral da naçaõ produzio logo commoções parciaes em quasi todas as partes do reino; e os maiores auxiliadores da fugitiva cõrte do Brasil foraõ os seus proprios inimigos, que por sua vaidosa estulticia forçaram o brio nacional a armar-se contra elles. Tornou-se em fim universal o espirito de resistencia á usurpaçaõ Franceza, e o valor do povo foi igual á inepecia e cobardia do governo; mas naõ haviaõ soldados regulares nem armas para a combater com vantagem, porque o exercito havia sido dissolvido, e a melhor parte inviada para França. Para tornar mais facil, e accelerar esta dissoluçaõ,

concorreram muitos officiaes do exercito, entre os quaes eminentemente se distinguio *Manoel Martins Pamplona*, o qual á força de perjurios e traições, e por uma dessas monstruosidades, assás frequentes nos governos absolutos, vimos depois em 1823 elevar-se ao emprego de primeiro ministro, com a repartição da guerra e da marinha, e ao titulo de *conde de Subserra*!

Neste total abandono deo um raro exemplo de intrepidez, de patriotismo, e resolução, a sempre nobre e benemerita cidade do Porto, tendo particularmente á sua frente dois illustres, mas infelizes Portuguezes, *Luis Candido*, e *Mariz*, os quaes depois foraõ vilmente sacrificados á inveja e ao ciume do bispo daquella cidade, que receou, assim como os seus adherentes recearam, que por aquelles dois briosos militares se restaurassem as nossas antigas e perdidas liberdades. Foi no Porto que se organisaram as primeiras tropas regulares, e foi tambem ali que se formou essa valente e incançavel *legião Lusitana*, que por mil prodigios de valor se distinguio depois em toda a guerra da independencia, quer debaixo do seu primeiro nome e primitiva organisação, quer reorganizada em batalhões de caçadores. Mas não so no Porto se principiaram a formar os primeiros elementos desse invencivel exercito que depois rivalisou com as principaes tropas da Europa, porem igualmente dali mesmo se foraõ pedir a Inglaterra alguns auxilios, que por antigos tratados ella estava obrigada a prestar-nos para defeza do nosso territorio. Estes pelo meado do anno de 1808 desembarcaram nas praias da Figueira, e partindo logo para o Vimeiro, onde foraõ reforçados com

outras tropas desembarcadas na costa, e com alguma gente nossa que á pressa se foi unindo e organizando, deram em fim nos ultimos dias de agosto a batalha daquelle nome, em consequencia da qual o exercito Francez capitulou e sahio de Portugal.

Evacuado o reino pelas tropas inimigas, os Inglezes o tomaram logo á sua conta, como se fosse cousa sua, ou o tivessem conquistado; porque até tiveram a ousadia, para fazerem este negocio absolutamente seu, de por algum tempo arvorarem as suas bandeiras no castello e mais fortalezas em torno de Lisboa. Se quem entaõ representava o governo Portuguez em Inglaterra tivesse olhado para os nossos verdadeiros interesses, nunca se teria esquecido de estipular as condições com que o exercito Britannico devia entrar em Portugal; porque ainda que Inglaterra, por antigos tratados, e especialmente pelo de 1661, estivesse obrigada a defender Portugal e suas dependencias, como se elle e ellas fossem partes integrantes da Grã Bretanha, por nenhum dos ditos tratados estava ella auctorizada para nos governar. Mas desta imprevidencia, ou deste erro fatal se originaram depois as consequencias desastrosas que ainda hoje tanto pesaõ sobre nós. E muito mais imperdoaveis se tornaõ essa imprevidencia e esse erro quando reflectimos, que tamanho era o interesse que o gabinete Britannico tinha nessa epocha de poder firmar um pé seguro no continente, que a tudo e por tudo se sujeitaria por lhe facultarmos o seu desembarque em Portugal.

Para nos envergonharmos, e para vermos quanto mal servidos entaõ fomos naõ so pelo governo que entaõ dirigia os nossos destinos, mas pelos agentes

deste mesmo governo, bastará comparar o nosso comportamento neste ponto com o que tiveram os Hespanhoes em caso similhante. Sem nunca perderem o brio nem a honra nacional aceitaram sim o auxilio Inglez, mas Inglaterra se lhes mostrou sempre mais agradecida por lho terem aceitado do que os Hespanhoes pelo haverem recebido. Estes conheciaõ bem tanto a sua propria posicãõ como a dos Inglezes; e por isso negociaram com elles como povo independente, e que muito bem sabia aproveitar as circumstancias. O resultado vergonhoso da nossa má politica, ou antes da nossa servil condescendencia, foi portanto o completo abandono dos nossos melhores interesses; e em consequencia deste mesmo abandono, os Inglezes, ou, em seu nome, o seu general Dalrymple assignou a notavel convenção de Cintra, pela qual, sem nella sermos mencionados nem ouvidos, não so deixou partir os Francezes carregados de nossos despojos, nas nem sequer estipulou que por elles fossem resgatados os nossos soldados que á força haviaõ sido conduzidos para França. Nisto tinha a politica Britannica um grande interesse; porque achando-se com o nosso exercito em França alguns officiaes superiores que poderiaõ embarçar o mando absoluto que elles queriaõ ter em Portugal, necessario era que lhes não abrissem as portas da patria. Para se conhecer evidentemente quanto nesta parte os Inglezes so attenderam para o que lhes convinha, e a esta sua conveniencia sacrificaram tantos Portuguezes de que privaram a nação no momento que mais delles precisava, so farei esta pergunta: Deixariaõ elles por ventura, em caso algum, os seus concidadaõs ou soldados nas mãos de



qualquer inimigo que acabassem de vencer, e a quem impothessem a lei? Certamente não: logo a convenção de Cintra foi so em seu proveito; e nella nos trataram não como a um alliado ou a uma nação independente, mas como a alguns servos de uma sua colonia, a quem não tinhaõ que dar contas.

Naõ pararam ainda aqui as ousadias da altivez Britannica, nem parou o desprezo com que continuou a tratar-nos. O mesmo general Dalrymple, como se fosse o monarcha absoluto de Portugal, creou, por assim dizer, uma nova regencia; porque conservou um de seus membros, dimittio outros, e até nomeou alguns de novo. He verdade que toda essa gente, que até ali havia tido o nome de regencia, era completamente indigna de continuar a exercer taõ elevado emprego por sua imbecillidade, por sua cobardia, e até pela deshonra de que se havia coberto; mas não competia a um soldado Inglez o reforma-la, nem á nossa dignidade o consentir-lho. A baixeza de quem entaõ nos governava foi igual á insolencia desse estrangeiro, que se constituiu nosso legislador, e escreveo a sua legislacão com a ponta da espada.

Em quanto por todas estas vergonhas hiamos passando em Portugal, o governo supremo, residente no Brasil, longe de procurar acabar com ellas, ou pelo menos diminui-las, ainda mais as accrescentou e vigorou. Naõ contente de dar o commando do exercito Portuguez a um estrangeiro, o marechal Beresford, o que em taes circumstancias não era de estranhar; porque em todas as epochas, desde o chamamento da familia de Bragança para o throno, tendo nós as melhores tropas do mundo, nunca ha-

vemos tido um habil general que as saiba comman-  
 dar; ordenou ainda, sem reflectir a que abismo de  
 aviltamento descia, que sir Charles Steward, nesse  
 tempo ministro Britannico em Lisboa, fosse um dos  
 membros da regencia; e que com elle, e sir Arthur  
 Wellesley, hoje duque de Wellington, e entaõ  
 generalissimo das tropas alliadas, tratasse a mesma  
 regencia todos os negocios mais importantes do go-  
 verno, particularmente os da guerra e finanças.  
 Assim de facto nos constituiu esse governo Portu-  
 guez, residente no Brasil, uma colonia Ingleza; e  
 de uma nação, por tantos annos independente e  
 briosa, nos fez ignominiosamente passar a uma pro-  
 vincia Britannica. Aconteceo finalmente tudo aquillo  
 que ja em 1816 escrevemos (1), isto he: « Portugal  
 « não contente de metter todas as suas forças nas  
 « mãos de estrangeiros, até passou pela desairosa  
 « situação de dar assento entre os membros do seu  
 « governo a homens estranhos; e consentio assim  
 « com amigos naquella mesma indignidade por que  
 « o havia ja feito passar um dos soldados de Napo-  
 « leão. »

Exactamente nesta epocha em que Portugal, se-  
 gundo tudo o que se acaba de referir, se achava  
*civil e militarmente* governado por Inglaterra, appa-  
 receram no meado de 1810 os monstruosos tratados  
*de commercio, e de amizade e alliança*, datados em  
 19 de fevereiro do mesmo anno. Não entra no plano  
 desta obra o fazer-se-lhes aqui uma analyse parti-  
 cular, porque para isto seria necessario fazer um

---

(1) Investigador Portuguez, nº 55, pag. 406, vol. 14.

extenso volume; com tudo, os que por obrigação ou por curiosidade quizerem cabalmente inteirar-se desta importantissima materia o poderaõ fazer com proveito, consultando o que ja della se acha escripto em varias publicações antecedentes (1). Para habilitar porem o leitor a fazer uma idea sufficiente dos males que estes tratados nos tem causado, bastará summariamente lembrar-lhes, que sendo elles feitos e assignados em um tempo em que nós não eramos nação, e estavamos, por conseguinte, debaixo da influencia *civil e militar* Britannica, não podiaõ deixar de nos ser completamente ruinosos, e somente favoraveis a essa nação egoista e avara que tudo sacrifica aos seus interesses. Nestes termos estamos, assim como sempre estivemos, desobrigados de os cumprir, pois que nos foraõ impostos por uma nação estrangeira, que entaõ *civil e militarmente* estava governando Portugal. Alem disto, como prova igualmente irrefragavel de que taõ oneroso tratado (o de commercio, porque o de alliança ja está revogado) deve immediatamente ser annullado, rapidamente ja passo a notar as suas mais notaveis estipula-

---

(1) 1ª A analyse que o Correio Brasiliense fez ao tratado de commercio: 2ª Uma carta publicada no Investigador Portuguez em os nº 26, p. 232; nº 27, pag. 411; e nº 28, p. 587, vol. 7: 3ª Outra carta publicada no mesmo Investigador em o nº 74, pag. 282, vol. 19. Ha tambem, ainda não impressa, mas que talvez o seja em pouco tempo, uma Analyse dos ditos tratados, que acompanhou uma representaçã que a respeito delles fizeram e assignaram em 1813 setenta e dois Portuguezes, que entaõ se achavaõ em Londres, entre os quaes alguns mui intelligentes e ricos. Para o governo do Brasil foraõ mandados dois exemplares, e um para a regencia de Lisboa.

ções ; á vista das quaes os leitores ficaraõ convencidos de que :

1º Se entre nos houvesse entaõ um governo constitucional , a quem os empregados publicos fossem responsaveis pelo que fizessem , nenhum negociador Portuguez se teria atrevido a fazer similhantes tratades.

2º Tendo-se por elles estabelecido o principio da reciprocidade , e naõ tendo as suas estipulações sido reciprocas , mas antes enormissimamente lesivas para comnosco ; e havendo , alem disto , o acto de Parlamento , que os mandou cumprir , feito em seu contexto diversas importantes excepções , que naõ devera fazer , se tornaram os ditos tratados , principalmente o do commercio , nullos de facto : e portanto , tudo quanto em consequencia delles tem perdido a nação Portugueza se deve considerar como uma verdadeira extorsão.

3º O dito tratado de commercio naõ so se cumprio por parte de Portugal em tudo quanto lhe era oneroso , mas até á sombra delle sofremos novas extorsões ; ao mesmo passo que por parte de Inglaterra naõ se cumprio á risca esse mesmo pouco que se prometteo aos Portuguezes , como logo se mostrará.

4º Finalmente , os ditos tratados , e a desmarcada ambição Ingleza destruíram todas as nossas fabricas , todo o nosso commercio , e toda a nossa navegaçãõ ; e por este modo nos reduziram a miseria , nos demoralisaram , e até , por ultimo , despedaçaram a mesma monarquia , que , agora feita pedaços , ja apenas ainda existe de nome.

Naõ sendo o objecto deste resumo fazer uma ana-

lyse completa destes tratados, como antes ja se dice, notarei, com tudo, em justificação do que tenho dito, e ainda direi, algumas cousas, das quaes algumas ainda não foraõ tocadas, e outras o tem sido, mas não em vista taõ clara como aquella em que desejo appresenta-las. Entre estas a que merece ser mui cuidadosamente examinada he, que a palavra *reciprocidade*, que tantas vezes repete o dito tratado, e que parece devia sempre expressar o que ella indica, nunca foi senaõ uma palavra sem sentido. Estipulou-se em alguns artigos, que receberiamos as fazendas Inglezas (á excepção das de lã) com os direitos de 15 por  $\%$ , e que em recompensa nos ficaríamos igualados com as nações mais favorecidas, e a isto se chamou *reciprocidade*. Mas qual tem sido o resultado? Um so exemplo mostrará como os Inglezes sempre entenderam e explicaram esta vã e magica palavra. Em quanto as ja mencionadas fazendas so pagavaõ nos dominios Portuguezes taõ modicos direitos, os nossos vinhos tem chegado a pagar mais de 120 por  $\%$ . Por esta forma, e por esta reciprocidade, verdadeiramente de fabrica Ingleza, está sempre auctorizado o ministerio Britanico a levantar os direitos ao ponto que quizer, e nós estamos sujeitos a paga-los, com tanto que as outras nações tambem os paguem, sem nunca podermos fazer o mesmo ás manufacturas de Inglaterra.

Uma vez que o tratado de commercio tinha de ser cumprido, competia aos Inglezes, pelo artigo 34, o começar a da-lo a execuçaõ. Assim com effeito o fizeram: mas de que modo, e com que reciprocidade ou igualdade? Fizeram logo nelle muitas excepções,

taes como essas que se podem ver no acto de Parlamento do anno 51 de George III<sup>o</sup>; e não contentes com isto, continuaram a exigir e a cobrar dos nossos negociantes os antigos direitos, a titulo de contribuição da guerra, por tudo quanto, durante ella, se exportou para os dominios Portuguezes. Foi isto uma violação manifesta do dito tratado; porque deviamos, segundo elle, ser considerados como a nação mais favorecida, e a esse mesmo tempo, com uma escandalosa desigualdade, os cidadãos da America do norte estavaõ pagando pelas suas exportações muito menores direitos. He muito para notar que nenhum empregado publico, dos que entaõ estavaõ em Inglaterra, denunciasse este facto ao governo, assim como as excepções que o acto de Parlamento tinha feito. Talvez o fizessem, e o publico ainda hoje o ignore; porem o que não pode duvidarse, he : que nenhum delles quiz assignar a representação de que ja fallei; e que setenta e dois Portuguezes subscreveram em 1813, o que mostra que della não gostaram.

Esta maioria de direitos so foi depois reclamada pelos negociantes Portuguezes por via do marquez de Palmella e o conde de Villa Real quando embaixadores em Londres; mas apezar de ja estar pendente depois de muitos annos esta taõ justa reclamação, ainda hoje todos os Portuguezes lesados estaõ a espera do seu dinheiro, e até de uma resposta. He esta pois uma divida a que o governo Inglez está responsavel; e a ella, que não he pequena, tem um direito irrefragavel todos os que taes direitos foraõ forçados a pagar injustamente.

O leitor que bem reflectir em tudo quanto fica

dito, e se continuará ainda a dizer á cerca da vergonhosa dependencia em que sempre temos estado para com o governo Britannico, ha de confessar que, particularmente naquella epocha, o nosso governo não era Portuguez senão em nome. Em verdade, não era elle mais do que um instrumento que servia para dirigir os trabalhos dos Portuguezes em proveito exclusivo dos Inglezes; e isto quasi do mesmo modo, por que os escravos no Brasil entregão cada noite a seus senhores o que tem ganhado de dia. Em prova desta asserção, que talvez a alguem pareça exagerada, citarei mais um exemplo, que servirá de completo desengano ainda para os que forem mais incredulos.

He por todos bem sabido que assim que el-rei D. Joaõ VIº, então principe regente, embarcou para o Brasil, bloquearam os Inglezes, todo o Portugal; impediram que lá entrassem os navios que para ali se dirigiaõ em 1807; não consentiram que fossem para outros portos Portuguezes, quer das ilhas, quer de outros dominios nossos, como a muitos convinha; e que em fim os obrigaram a hir para Inglaterra, onde foraõ entregues a uma commissão composta de dois individuos Inglezes e dois Portuguezes; mas onde se demoraram por mais de dois annos, e ali consumiram em despezas inherentes á sua triste posição talvez mais que os ditos navios e suas cargas valiaõ: tal he a grande amizade com que o governo Britannico sempre nos tem tratado; e taes são as obrigações em que todos lhe estamos!

A epocha em que estes navios e suas cargas ficaram livres da prepotencia Ingleza, acha-se marcada na copia de um officio com data de 17 de junho

de 1810, que o cavalheiro de Souza Coutinho, e hoje conde do Funchal, enviou ao marquez de Wellesley, então ministro dos negocios estrangeiros, ao mesmo passo que fazia a troca das ratificações do tratado de commercio, assignado no mesmo anno. Esta copia anda incorporada com o texto do mesmo tratado que então se publicou em Inglaterra, e a ella se segue tambem a resposta do marquez de Wellesley, escripta na mesma data. Todo o Portuguez, que quizer conhecer a fundo qual era a figura que nós representavamos perante o governo Inglez, e a maneira por que este nos tratava, deve ler com toda a attenção ambas estas notas (1); e por ellas verá, que o nosso ministro fallava ao ministro Inglez como um servo que falla, curvando-se até o chão, ao seu altivo senhor; e que o Inglez respondeo como um baxa Asiatico, que communica suas ordens a um dos seus escravos. Não succederia assim se então tivéssemos um governo constitucional; porque, de certo, nesse caso achando-se o nosso ministro forte com a força e dignidade do seu governo, e sendo obrigado a dar-lhe contas, necessariamente havia elle de desenvolver estas mesmas virtudes.

Principia o nosso ministro por lhe declarar que a abertura do commercio e da navegação da America meridional ao commercio e navegação da Grã Bretanha tem causado um *geral contentamento*, o que na realidade parece inexplicavel; porque sendo a abertura deste commercio um golpe de morte para Portugal, não se concebe como podesse

---

(1) Como peças justificativas se darão em Appendice estas notas.



haver um unico Portuguez, que se alegrasse com esta destruidora medida politica. A final exalta a *justiça e a generosidade* Britannicas por se acharem ja os navios e cargas dos subditos Portuguezes livres do poder de Inglaterra: *justiça e generosidade* ainda mais inexplicaveis; porque so ellas se podem comparar com as do homem que, tendo espoliado a outro de quanto lhe encontrou, o larga depois das mãos concedendo-lhe a vida. Assim exactamente aconteceu aos proprietarios dos navios, aos quaes, depois de se lhes haver feito consumir o valor das suas propriedades, se deo licença para partir!

A nota, que em resposta á do nosso ministro fez o marquez de Wellesley, ainda he mais digna de ponderação, porque sem retribuir com uma so palavra os rasgados cumprimentos que aquelle lhe fez, accusa a troca da ratificação do tratado, e de caminho, como cousa de nenhuma importancia, accrescenta, que tem ordem de S. M. para lhe declarar, que no artigo Vº do tratado devem tambem ser comprehendidos como navios de construcção Inglesa, todas as presas feitas ao inimigo. Assim no mesmo acto de trocar a ratificação do tratado he este escandalosamente quebrantado, addicionando-se-lhe um novo artigo do maior prejuizo para Portugal! Para intelligencia deste attentado diplomatico por parte do ministerio Britannico, exporei mais miudamente este caso.

No ja citado artigo Vº do tratado estavaõ declaradas as qualificações que deviaõ dar a conhecer os navios reputados como de construcção Inglesa e Portugueza, isto he, as que deviaõ identificar a sua nacionalidade respectiva; mas como o negociador

Inglez tivesse o notavel esquecimento de incluir na classe de navios Britannicos as presas feitas ao inimigo, que eraõ mais, ou, ao menos, tantos em numero, como os de construcção Ingleza, o Marquez de Wellesley, figurando de Alexandre, cortou por um so traço de penna este nó de grande importância para Inglaterra. As perdas que nossas alfandegas tiveram por este acto insultador e arbitrario foraõ incalculaveis; porque sendo os navios que andavaõ no giro do commercio, pela maior parte, como ja dice, navios de presas, e devendo estes pagar mais direitos do que os proprios de construcção Britannica, claro he, que toda esta insolente arbitrariedade foi em proveito de Inglaterra, e em prejuizo de Portugal. Se o governo Portuguez fosse o que devia ser, isto he, constitucional, e por consequencia forte e brioso, devia elle, naõ tanto por sua conveniencia, como por sua propria dignidade, reclamar immediatamente contra este procedimento inaudito, e dar desde logo por nullo todo o tratado. Naõ o fez porem assim, parecendo antes, pelo contrario, que á proporção que hia recebendo estes e outros insultos hia crescendo a sua servil condescendencia. Nem consta tambem que o nosso ministro fizesse entaõ alguma nota para protestar contra este acto de uma ousadia, talvez nunca vista, ou nunca practicada por algum governo regular. Se a fez, ella devia ser publica, e taõ publica como o insulto que por via d'elle recebeo o governo que entaõ representava a nação Portugueza.

O que porem sabemos e todos viram foi que os navios de presas Inglezas continuaram a ser admitidos como se fossem Inglezes em todos os dominios

de Portugal, ao mesmo tempo que os Portuguezes de construcção estrangeira foraõ excluidos dos portos Britannicos. Foi esta addicção ao tratado, alem de insultuosa e violenta, inteiramente opposta a essa tantas vezes repetida reciprocidade, que se não tivesse sido ideal e fantastica, devia formar a sua unica base; porque não tendo nós um so navio de presa, e tendo os Inglezes tantos, bem claro he, que ainda quando em palavras o artigo addicionado parecia reciproco, era elle completamente illusorio, e taõ proveitoso para Inglaterra como prejudicial para comnosco. Alem disto, ainda quando nós tivessemos alguns navios de presas, estariaõ estes sempre em proporção, ao muito, de um para noventa e nove; e por isso, no caso mesmo de não se nos haver imposto como á força esse insultuoso artigo, sempre o prejuizo era immenso contra nós.

O governo Inglez, que nunca tem procurado em sua fatal e ominosa alliança senaõ destruir e aniquilar todos os ramos da nossa prosperidade, aproveitando-se entaõ bem das circumstancias, lançou logo ali um dos seus mais solidos fundamentos para o inteiro aniquilamento da marinha Portugueza. Mas os justos e repetidos clamores dos que ainda sentiaõ correr nas veias alguma porção de verdadeiro sangue Portuguez, e principalmente dos negociantes Portuguezes em Londres, soaram taõ alto, que o mesmo governo do Brasil se vio necessitado a dar-lhes alguma satisfacção, ao menos aparente, promettendo-lhes que se hia fazer uma revisaõ do tratado. Foi isto pelo anno de 1812, em que ja tinha morrido o conde de Linhares, este homem, que apezar de algumas boas qualidades,

e a primeira dellas a de ter dado um raro exemplo de moralidade na sua secretaria, desceo comtudo á sepultura carregado do enormissimo peccado de haver assignado os dois infaustos tratados de 19 de fevereiro de 1810.

Para substituir o conde de Linhares foi escolhido seu irmão D. Domingos de Souza Coutinho, hoje conde do Funchal; mas como a este não fizesse conta o aceitar aquelle emprego, e lhe preferisse o continuar a ser embaxador em Londres, onde tinha merecido uma particular predilecção do ministerio Britannico, servio-se talvez da agitação em que via os Portuguezes pelas infracções que os Inglezes faziaõ ao tratado, para aconselhar a medida de uma fantastica revisaõ, a fim não so de socegar momentaneamente os clamores publicos, mas de poder recusar decentemente a sua nomeação de secretario d'Estado no Rio de Janeiro. Convocou para este fim os Portuguezes na casa da Legação; e participando-lhe esta noticia, como resultado de poderes que havia recebido da cõrte, nomeou logo ali para commissarios deste novo arranjo Antonio Teixeira de Sampaio, consul Portuguez em Cork, e Antonio Juliaõ da Costa, tambem consul em Liverpool. Estes convocaram depois os Portuguezes para os consultar, mas ambas estas convocações não passaram de meras formalidades; porque os Inglezes obtiveram tudo quanto desejavaõ, e os Portuguezes não receberam nada do que tinhaõ aconselhado, e a que tinhaõ toda a justiça. He provavel, que não obstante desejar o ministro Portuguez conservar-se em Londres, e para se conservar lhe fosse util este pretexto, a idea primitiva da revisaõ viesse do ga-

binete Britannico; pois que debaixo desta apparente imparcialidade, elle vio bem que hia sancionar por um modo exteriormente legal todas as pertenções que até ali eraõ consideradas como violentas e arbitrarias. Não se enganou a politica Britannica nos seus raciocinios, e muito menos na fidelidade dos agentes deste negocio; porque tudo lhe sahio á medida dos seus desejos, e em prejuizo dos nossos verdadeiros interesses. Fez-se, em uma palavra, tudo o que os Inglezes quizeram a troco da promessa de que depois se attenderiaõ ás queixas dos Portuguezes; mas esta promessa ainda até hoje não se cumprio, e por via do ministro, e dos dois commissarios Portuguezes, ficou o tratado ainda muito peor do que antes estava.

A prova mais evidente de que o ministerio Britannico so nos queria illudir, consentindo em uma apparente revisaõ do tratado de commercio, está em que logo na abertura das primeiras conferencias declararam os commissarios Inglezes que so estavaõ auctorisados para tratar de quatro pontos particulares que nomearam; e estes quatro pontos ja estavaõ calculados de antemaõ para nos impor uma nova lei de servidaõ mercantil. Assim, este novo ajuste, que se assignou em 18 de dezembro de 1812, bem longe de ser uma verdadeira revisaõ do tratado, foi antes pelo contrario o additamento de dois novos artigos, os mais prejudiciaes e onerosos.

Foi o primeiro artigo o reconhecimento dos navios de presas Inglezas como embarcações de verdadeira construcção Britannica; e por este modo aquillo que até ali era uma escandalosa violencia, e um insulto feito á fidelidade do tratado, converteo-se em uma

concessão legal, e em um novo favor concedido aos Inglezes. Foi o segundo, o passarem a pagar as fazendas de lã Inglezas so 15 por  $\%$ , quando até ali, isto he, pelo espaço de dois annos depois da assignatura do tratado, tinhaõ ficado pagando 30 por  $\%$ . Pelo artigo 26 do dito tratado tinha-se estipulado que a respeito das fazendas de lã Inglezas, e dos vinhos de Portugal, ficariaõ as cousas como antes estavaõ; e esta clausula do tratado foi a unica que se podia considerar como menos má; porque no caso que os Inglezes carregassem com muitos maiores direitos os nossos vinhos, nós tambem tinhamos a faculdade de fazer o mesmo ás suas fazendas de lã. Mas nem esta pequena vantagem nos consentiram os Inglezes; e por uma especie de engano ou de velhacaria, procedimento sempre indigno de uma nação briosa, nos foi ella como clandestinamente roubada, sem que por nossa parte houvesse um unico empregado publico, que se opposesse a esta fraudulenta cavillação. O modo pois por que esta fraude se executou foi o seguinte. Pelo artigo 15 do tratado do commercio não so se havia ajustado receber todas as fazendas Inglezas com o modico direito de 15 por  $\%$ , mas se havia ainda concordado em uma clausula, a mais abjecta e a mais vergonhosa em que tenha em tempo algum consentido uma nação independente. Estipulou-se que para as alfandegas Portuguezas se estabeleceria uma pauta, que devia ser formada *por dois negociantes Inglezes, e dois Portuguezes*; e que por ella entãõ se regulariaõ os direitos que as fazendas Inglezas deviaõ pagar. Com effeito, todo o homem verdadeiramente Portuguez se ha de admirar como não cahisse a penna da mão,

tremendo de pejo, ao negociador que taõ aviltadora clausula assignou; o certo he porem, que ella se acha consignada naquelle ominoso tratado, e que della tambem se servio a insolente preponderancia Britannica para reduzir a 15 os 30 por % que estavaõ pagando as manufacturas de lã Inglezas.

Como no quarto ponto desse famoso ajuste-de 18 de dezembro de 1812 se tratasse do modo de prevenir que as mercadorias Britannicas pagassem nos dominios Portuguezes mais de 15 por %, apezar de que ahi não se fallasse nem sequer uma palavra sobre as fazendas de lã, que formavaõ uma excepção mui clara no artigo 26 do tratado, aproveitou logo o ministerio Britannico esta occasião, que julgou mui favoravel para realisar seus sinistros projectos, e procurou em consequencia, que immediatamente se formasse a pauta. Foi voz constante nesse tempo que ella fôra fabricada em Liverpool, e mandada de ali para Portugal. O certo he que em Lisboa se fez a apparente e irrisoria formalidade de nomear os dois negociantes Inglezes e os outros dois Portuguezes que a deviaõ formar; e que o resultado foi que nella appareceram as fazendas de lã Inglezas somente carregadas com 15 por %, e que nesta conformidade entraram logo as ditas fazendas a pagar os modicos direitos que ainda hoje, para vergonha e vituperio de quem nos tem governado até agora, estaõ escandalosamente pagando.

Nem a regencia de Portugal onde esta abominação politica se commetteo, e da qual era membro um irmão do nosso ministro em Londres, que o devia ter avisado de todas estas intrigas; nem este mesmo ministro; e ultimamente, nem o mesmo governo

Portuguez, residente no Rio de Janeiro, ja mais fizeram alguma reclamação publica contra esta manifesta violação do tratado. Parece, que todos os que directa ou indirectamente entaõ nos governavaõ, e bem assim todos os seus respectivos agentes, estavaõ de mãos dadas, e tinhaõ unanimemente concordado em nos aviltar, e empobrecer.

Por estes enormes sacrificios, ou antes por estas usurpações obtivemos nós Portuguezes que se descontinuassem de pagar certos direitos chamados *Scavage*, *Package*, e *Trinity Dues*, que tudo importava em uma bagatella; e quem verdadeiramente so ganhou neste celebre ajuste, vulgarmente conhecido pelo *dos quatro pontinhos*, foraõ os dois negociadores delles, que, como consules, conseguiram que dali por diante se pagassem por cada *Cocket* dois shillings e seis pence. Assim por esta nova convenção ganharam os Inglezes mais de mil por um, em quanto nos largaram algumas migalhas para entreter a nossa estúpida vassalagem. Mas como não havia de ser assim se o governo Inglez era quem de facto estava governando todos os dominios Portuguezes; e se os nossos funcionarios publicos, para se conservarem em seus empregos, so cuidavaõ em agradar e submeter-se aos Inglezes? Por uma nota de lord Castlereagh datada em Vienna em 13 de fevereiro de 1815, e dirigida aos nossos plenipotenciarios no congresso, declarou positivamente o ministro Britannico, *que elle não so queria, mas até desejava entrar por parte do seu governo, e sem demora, em a negociação de um novo tratado de commercio, por isto que tinha a esperanza de que novos ajustes se poderiaõ fazer que fossem do agrado de*



*ambas as nações* (1); houve porem a fatalidade que sempre tem acompanhado os nossos negocios, e esta fatalidade foi, que os nossos negociadores não aproveitaram esta bella occasião de acabar com um tratado o mais ruinoso de quantos tem existido ou ainda podem existir entre nações independentes. Quaesquer sacrificios que entã se fizessem, não poderiaõ igualar os males que desde aquelle tempo elle nos tem causado; mas parece que estava escripto no fatal livro dos nossos destinos, que ficaríamos um dia sem industria, sem navegação, e sem commercio, e que tudo isto devia ser obra de um presente que nos fizeram os nossos chamados amigos e allia-dos, *os Inglezes!*

O tratado de alliança, que tem a mesma data de 19 de fevereiro de 1810, e que foi assignado pelos mesmos plenipotenciarios que assignaram o do commercio, foi a outros respeito taõ vergonhoso e prejudicial como o outro. Nunca em taõ boas circumstancias nós tinhamos estado para tratarmos com Inglaterra, e nunca por uma estupidez inexplicavel nós fizemos mais desastrosos e aviltadores ajustes. A promessa que por via delle nos fez Inglaterra de defender Portugal era nesse tempo mais para utilidade della do que nossa; porque se assim o não tivesse feito, os destinos de Napoleaõ teriaõ sido bem diversos, e os Inglezes, de certo, o teriaõ visto victorioso ás portas de Londres. Mas não se vio, ou de proposito não se quiz ver isto; e o nosso governo, taõ indevidamente chamado governo Portuguez,

---

(1) Veja-se o Investigador Portuguez, n.º 47, vol. 12, p. 473.

tratou com elles nessa epocha taõ ou mais ignominiosamente como se tratasse com Napoleaõ. Estipulou-se sem pejo, nem decencia nesse tratado, que os Inglezes teriaõ direito de cortar no Brasil madeiras de construcção, e de fazer exporta-las, ou de ali mesmo construir navios de guerra e mercantes; e por esta impolitica concessaõ, podiaõ tambem elles muito bem, se quizessem, occupar todos os estaleiros, e privar assim os habitantes do Brasil de construir embarcações suas. Era, alem disto, um novo auxilio dado á marinha Britannica, que o ministerio Brasilico-Portuguez, se fosse o que devia ser, nunca devia animar; e era, em uma palavra, fazer de um paiz independente uma especie de colonia Britannica. Se elles se não aproveitaram desta extraordinaria concessaõ, foi seguramente porque não quizeram hir ali ensinar a construir navios; e nisto mostraram mais juizo em recusar a offerta do que o ministerio do Brasil em lha fazer.

Pelo mesmo tratado de alliança tinha D. Joaõ VIº, ainda entaõ principe regente, declarado que cooperaria com el-rei da Grã Bretanha na causa da humanidade e da justiça, adoptando os meios mais efficazes para promover a abolição *gradual* do trafico dos escravos; mas por forma alguma, nem directa nem indirectamente, tinha promettido cessar desde logo com esse trafico, e muito menos o dar commissaõ aos Inglezes de o diminuir ou acabar com elle. Apezar disto, começaram os Portuguezes com o maior espanto a ver tomadas quasi todas as suas embarcações empregadas neste commercio, como se entre Portugal e Inglaterra tivessem ja começado as hostilidades, e o tratado de alliança tivesse sido

um verdadeiro manifesto de guerra. Em verdade, so Inglaterra podia mostrar tamanha insolencia para com um alliado e um amigo; e so Portugal podia chegar a tal extremo de insignificancia e servidão, por meio de um governo dos mais abjectos que tem estado á frente das nações!

Foi tal o horror e o escandalo que este atroz procedimento causou nos animos dos Portuguezes, particularmente entre os habitantes da Bahía, que teria havido uma commoção geral, e os Inglezes teriaõ sido expulsos do Brasil como animaes ferozes e selvagens, sem uma mui efficazprovidencia que deo o ministerio Britannico. Prometteo pagar todas as perdas de cargas e navios que por este modo taõ indevida e atraçoadamente haviaõ sido apresados; e esta indemnisação foi fixada pela convenção assignada em Vienna aos 21 de janeiro de 1815 em trezentas mil libras esterlinas. Ficaram naõ so os proprietarios dos navios e cargas apresadas, porem até o mesmo governo, chamado Portuguez, muito satisfeitos com esta falsa demonstraçãõ de equidade, e como se tivessem alcançado uma victoria dos Inglezes; e assim tiveram a ignorancia ou a fraqueza de dar o nome de justiça a este acto que naõ fõra outra cousa mais do que um calculo atroz de tenebrosissima politica. Naõ enganou com tudo, este comportamento, aparentemente justo, a todos aquelles que depois de muito tempo haviaõ estudado e seguido a marcha do ministerio Britannico, essencialmente inimigo da prosperidade de todas as nações.

Era o objecto da politica Ingleza privar o Brasil do maior numero de escravos que podesse; porque

trabalhando elles por um preço mais barato do que os homens livres nas colonias Britannicas, de necessidade acontecia que os productos do Brasil podiaõ entrar em todos os mercados da Europa por um valor mais diminuto do que aquelle por que podiaõ entrar os das ditas colonias. Assim qualquer dinheiro que despendesse o ministerio Inglez para fazer subir os preços dos productos do Brasil, diminuindo-lhe os braços para a cultura das suas producções, era um verdadeiro lucro que tinha, e mui superior á temporaria despeza que fazia. Debaixo deste mesmo ponto de vista se deve pois tambem encarar essa ridicula hypocrisia com que o mesmo governo tem affectado interessar-se pela sorte dos escravos Africanos. Com effeito, esta sua hypocrisia tem sido eminentemente ridicula; porque quem pode ser tão estúpido que acredite na sua philanthropia pelos negros, quando vê que elle he o amigo mais intimo dos Argelinos, e que estes, so por seu auxilio, ou antes por sua conta, ainda hoje não tem outra sorte de commercio senão o da escravatura christã e Europeia?

Naõ so o mesmo ministerio Britannico se indemnizou amplamente pelas trezentas mil libras que nos deo com a captura dos escravos que fez, e dos quaes se servio para enriquecer a sua nova colonia de *Serra Leóa*, mas ganhou ainda outra vantagem incalculavel que foi o dar cabo de uma grande parte da nossa marinha mercante; objecto, que sempre causa os maiores ciumes ao governo Britannico, que por natureza e constituição politica, he essencialmente antisocial, pois que não pode prosperar senão por meio da miseria, e da pobreza das outras nações.

Por este modo, elle ganhou com a captura dos nossos navios, pagando-os, como igualmente ganharia se comprasse algumas das nossas fabricas, para depois as queimar, ou por outra maneira as destruir. Assim fatalmente illudidos com esta fantastica indemnisação, tanto os donos dos navios como o nosso mesmo miserrimo governo perderam um immenso capital, dando ainda por isto os seus agradecimentos aos Inglezes ! Este tratado de alliança ficou revogado pelo artigo 3º do tratado assignado em Vienna aos 22 de janeiro de 1815.

Em quanto o governo Portuguez no Brasil, depois de ter desamparado a patria no mesmo momento em que ella estava a cahir nas mãos do inimigo, procurava ainda reduzi-la á insignificancia e á miseria, fazendo tratados destruidores de toda a sua industria, e de todo o seu commercio, ao mesmo passo entregava ainda elle o desamparado Portugal ao mando civil e militar dos Inglezes, que, como debaixo das suas ordens, tinhaõ por ministros subalternos os individuos que compunhaõ essa nova, desprezivel, e feroz regencia que havia sido installada por Dalrymple. Depois de todas as modificações que tinha recebido quer das mãos dos Inglezes quer do governo no Brasil, compoz-se ella na sua maioria de tres padres, os quaes foraõ o façanhoso bispo do Porto, o principal Souza, e Ricardo Raimundo; e por esta sua composiçaõ bem se vê que ficou essencialmente sacerdotal, e que todos os seus actos deviaõ ser conformes com a sua essencia e instituto. Os Inglezes, a quem so importava agrilhoa-la em dois pontos capitaes, que eraõ a direcção da guerra e a administraçaõ dos dinheiros publicos, limita-

ram-se a coarctar-lhe a auctoridade sobre estes dois objectos, e a deixaram completamente livre em tudo o mais. Ella, pois, para se mostrar importante aos olhos do vulgo, e para disfarçar a baixa servidaõ em que a tinha a dominaçaõ estrangeira, não tardou muito em desenvolver as suas ferozes propensões; e desde logo entrou a dessiminar o veneno da anarquia por entre as classes mais ignorantes do povo a fim de melhor poder, no meio de uma geral confusãõ, consolidar a sua auctoridade, e satisfazer seus odios e vinganças particulares.

Como sempre acontece em todas as alteraçõs politicas, inventou-se entãõ *uma palavra exterminadora*, para com ella crear victimas, ou que apodrecessem nas prisões, ou que fossem acabar no cadafalso, e nos desterros. Esta palavra exterminadora foi o appellido de *Francez*, com que se maculou a fama daquelles que ou se queriaõ assassinar, ou que se destinavaõ a desterros e prisões. Com este instrumento infernal, e so proprio de sacerdotes vingativos, conseguiu aquella barbara regencia pôr todo o Portugal em um estado de raiva e de delirio. Quando ella, depois da feliz e gloriosa expulsaõ do inimigo, devia proclamar a paz, a concordia, e a uniaõ, e chamar todos os Portuguezes a um fraternal esquecimento do passado; dizendo-lhes, *todos nós temos peccado!* foi entãõ que aquelles algozes *coroados* acceideram impia e barbaramente o fogo mais intenso da desuniaõ e da discordia. E com effeito foi um espectaculo atroz ver, entre outros, um bispo, tal como o do Porto, excitar o povo a armar os braços fraticidas contra seus proprios compatriotas e irmaõs pelo delicto de adherencia ao systema

Francez, que temporariamente havia dominado em Portugal, quando elle bispo acabava de ser réo não so dos mesmos, porem ainda mais escandalosos delictos, na mesma causa em que pertendia envolver milhares de innocentes (1).

Os actos desta regencia, com todas as modificações que foi tendo até 15 de setembro de 1820, não foraõ senão ou de algozes, ou de servis instrumentos da politica Inglesa. Mettendo nas mãos da populaça as armas para com ellas livremente assassinar os pacificos cidadãos, não se contentou com perseguir, por assim dizer, em retalho, quiz ainda fazer as perseguições em grande. A primeira foi dirigida contra a sempre nobre e leal cidade do Porto, a qual quiz atrozmente punir pelas demonstrações que havia dado em 1808 de querer recobrar as nossas perdidas liberdades, debaixo da influencia dos dois martyres politicos, que ja mencionei, e foraõ Candido, e Mariz. Assim a sua defeza mui de proposito foi so entregue a uma multidaõ indisciplinada e estulta para depois cahir com toda a facilidade no poder do inimigo, que a entregou por alguns dias a todos os horrores da morte, da devastaçaõ e do saque.

Como porem quizesse disfarçar á face da naçaõ esta sua monstruosa politica, foi-lhe necessario recorrer á perfidia e á mentira. Espalhou e fez espalhar por seus agentes que o Porto havia sido entrado pelo inimigo em consequencia de intelligencias e

---

(1) A indignidade e as baixeras deste bispo para com os Francezes e Napoleaõ podem ver-se na sua correspondencia com o general Quesnel. — Campeaõ Portuguez em Londres, nº 15, tom. II, pag. 87.

communicações secretas que elle tinha com muitos individuos residentes na capital; pretexto absurdo e ridiculo, que so taes monstros podiaõ imaginar, e de que elles so eraõ capazes de se servir tanto para satisfazer suas vinganças, como para desviar a publica attençaõ da sua criminosa inepecia, ou da sua premeditada malicia. Na quinta e sexta feira santas do anno de 1809, este governo sacerdotal e cruel cubrio de lucto e de lagrimas a numerosissimas familias de Lisboa, mandando impia e sacrilegamente prender naquellas noites e dias da mais religiosa devoçaõ a muitos e respeitaveis individuos, que por muitos mezes se conservaram rigorosamente encarcerados nos tenebrosos carceres da inquisiçaõ de Lisboa, e depois ainda com outros muitos foraõ em 1810 banidos e desterrados por um modo talvez ainda mais brutal do que aquelle com que na primeira vez tinhaõ sido insultados e presos.

O pretexto desta segunda perseguiçaõ, que desde logo foi designada com o energico nome de *Septembrisada Portugueza*, em recordaçãõ de outro acto igualmente façanhoso, com que se macularam as paginas da revoluçaõ Franceza, foi a terceira invasaõ inimiga, commandada por *Massena*. Chegou este general ás nossas fronteiras, nos principios de setembro de 1810; e como quasi logo tivesse tomado a praça de Almeida, e ficasse por aquelle lado com as portas abertas para invadir as nossas provincias do Norte, julgou a demente e barbara regencia, que o melhor meio de lhe embarçar a sua marcha seria sacrificar-lhe, como ja tinha sacrificado ao marechal *Soult*, algumas duzias de innocentes e honrados cidadãos. Assim no dia 10 do mesmo mez, com uma



brutalidade verdadeiramente feroz, fez prender, e depois embarcar para as ilhas na fragata *Amazona* a um grande numero de respeitaveis individuos, sem mais processo nem sentença do que a sua absoluta vontade. Este procedimento escandaloso e atroz que mui vivamente indispoz um grande numero de honradas familias do reino, e a parte mais seńska da nação contra um governo miseravel em quem unicamente dominavaõ a demencia, a superstição, e a tyrannia, parece, com tudo, não ter sido exclusivamente obra das suas mãos, mas tambem obra de manufactura Inglesa (1). O motivo que ha para se fazer esta conjectura, que muito quadra com a politica Britannica, entre muitas razões se funda na qualidade da pessoa de um dos individuos perseguidos.

Foi este Jacome Ratton, que, tendo vindo para Portugal mui criança, e tendo entrado effectivamente no commercio antes dos 14 annos de idade, como elle mesmo refere, era um dos estrangeiros que maiores serviços tinha feito á nova patria que adoptára, tanto em promover em grande escala a nossa agricultura, como mui diversos e importantes ramos de industria. Havia sido elle o primeiro que havia projectado em 1764 uma fabrica de chitas, do qual projecto nasceram as muitas que depois se estabeleceram no reino: havia sido elle o que tambem havia projectado entre nós a primeira fabrica de papel, do qual projecto nasceram depois

---

(1) As victimas foraõ escoltadas até as ilhas por uma fragata Inglesa! E dizem - nos hoje que nunca interferiraõ em nossos negocios!

todas as que havemos tido : havia sido elle o primeiro particular que estabelecera uma fabrica de chapeos, e a collocara em Elvas, a qual fabrica foi depois seguida pela de Milliet em Lisboa que elle tambem comprou : havia sido elle o que, conjuntamente com o laborioso e sabio Timotheo Verdier, igualmente erigira em Thomar no anno de 1789 a magnifica fabrica de fiacaõ de algodão : e havia sido elle em fim aquelle que ainda no anno de 1806 havia principiado a estabelecer outra fabrica da mesma especie na provincia do Minho, e quinta da Povia, pertencente a Antonio de Araujo, depois conde da Barca, a qual fabrica ficou depois completamente arruinada com o desastroso tratado de 1810. Isto he o que respeita aos seus longos trabalhos, relativos a promover a industria nacional; porem tinhaõ ainda estes sido acompanhados de outros, naõ menos uteis, relativos á agricultura. Havia, portanto, sido elle o que tinha dado o grande exemplo do que se pode conseguir com a intelligencia e com o trabalho nas grandes bemfeitorias que fez nos predios da *Barroca d'Alva*, e ainda mais no predio chamado do *Calvario*; e finalmente havia tambem sido elle o primeiro, que, para animar e sustentar a fabricacaõ das sedas em Portugal, havia creado um immenso viveiro de amoreiras brancas na mesma propriedade da *Barroca d'Alva*, do qual, por um contracto, se obrigou a direccaõ da fabrica das sedas a comprar-lhe 10 mil pés, e o marquez de Pombal lhe comprou 2 mil. Com todos estes crimes commettidos em prejuizo do commercio, e industria Britannica, crimes ainda augmentados com outras muitas empresas, que este incançavel e be-

nemerito individuo tinha tentado ou aconselhado em beneficio e proveito da prosperidade de Portugal, como poderia elle ter escapado ao egoismo, ou ao ciúme Inglez? O dedo da politica Britannica parece consequentemente mostrar-se mui visivel no atrocissimo acto da septembrisada Portugueza. E muito mais ainda pareceo elle mostrar-se, quando na gazetta de Lisboa se publicou o celebre manifesto com que a influencia Britannica pertendeo arredar de si esta mancha de barbaridade e de ignominia. Mas se o dedo Inglez não traçou em todo ou em parte aquella atrocidade, para que desceo tão baixo até se querer desculpar na gazetta de Lisboa? A consciencia, quando limpa, e isenta de remorsos, nunca procura desculpar-se: toda a desculpa indica crime e remorso. Assim um velho respeitavel e venerando, ja na idade avançada de 74 annos, foi, segundo parece, uma das victimas destinadas para aplacar o genio da destruição que a mão estrangeira sustentava em Portugal, e contra o qual Jacome Ratton havia incessantemente trabalhado.

Em quanto os dois governos, que tão imprópriamente tinhaõ o nome de Portuguezes, trabalhavaõ como de accordo, um no Brasil e outro em Lisboa, para arruinar, e envilecer Portugal, o nosso valoroso exercito, não so commandado por um estrangeiro, o marechal Beresford, mas dirigido subalternamente por officiaes, tambem quasi todos estrangeiros, dava as maiores provas de intrepidez e disciplina. Não so as tres invasões Francezas haviaõ sido briosamente repellidas, mas ja no mesmo centro de Hespanha os inimigos se não podiaõ manter, successivamente vencidos em diversas e gloriosas batalhas,

e começavaõ a ser vigorosamente arrojados pelas pontas das nossas bayonetas invenciveis para alem do territorio Peninsular. Com tudo, mal pensavaõ entaõ os nossos valorosos soldados Portuguezes, a quem a Europa abismada apontava ao mundo como magnificos exemplos de valentia, resoluçaõ, e constancia, que todos esses seus gloriosos triumphos naõ eraõ em proveito da sua patria, mas so de Inglaterra! Sim, mal sabiaõ elles que tantos sacrificios e que tanto valor hiaõ ser perdidos para a sua patria, e que esta se achava politicamente conquistada por essa mesma Inglaterra, em utilidade e beneficio da qual elles e todos os mais Portuguezes trabalhavaõ! A paz geral, que, em consequencia da queda de Napoleaõ, se effeituou em 1814, he uma prova clarissima do que acabo de asseverar.

Saõ factos conhecidos de todo o mundo, que nenhum governo teve a baixa condescendencia de pôr, como o Portuguez, todas as suas forças á disposiçaõ do gabinete Britannico; que nenhum, ainda dos mais fracos, como a Suecia, consentio em que o seu exercito fosse exclusivamente commandado por Inglaterra; que sem o exercito Portuguez as poucas forças Britannicas naõ poderiaõ sustentar uma unica campanha na Peninsula, porque em quanto ellas naõ tiveram a seu lado o nosso apoio e valor, sempre foraõ derrotadas e vencidas em toda a parte em que se appresentaram diante dos Francezes; e que em fim todas as victorias que Inglaterra alcançou no continente, e pelas quaes se habilitou a prostrar o inimigo mais temivel de quantos em todos os tempos tivera, so exclusivamente as devera ao exercito Portuguez, o qual, naõ obstante todos

estes importantissimos serviços, foi aquelle com quem menos despendeo, porque promettendo dar para elle o subsidio de dois milhões esterlinos, foraõ estes quasi sempre pagos em productos da industria Inglesa, que vinhaõ a diminuir esta despeza por metade. Depois destes taõ valiosos serviços, qual outro governo, a não ser o Inglez, não se mostraria grato a Portugal, e deixaria de defender os nossos interesses na paz geral, como se fossem os seus proprios? Para que os Portuguezes e o mundo conheçaõ toda a extensaõ da gratidaõ Britannica para conosco, passo a referir brevemente o seu comportamento, que talvez foi ainda menos generoso do que aquelle que de ordinario costuma ter um senhor para com os seus bons colonos. Este comportamento he relativo não so ao que os Inglezes continuaram a fazer dentro de Portugal, mas ao modo indigno, e até insultante com que se houveram conosco em todos os tratados que em consequencia da paz geral depois se fizeram tanto em Paris como em Vienna.

Nada parecia mais justo, assim como nada era mais conforme não so com a gratidaõ mas até com a polidez e a decencia, do que, acabada taõ gloriosamente a guerra Peninsular, se despedisse formal e affectuosamente lord Wellington da naçaõ e do exercito que taõ eminentemente haviaõ concorrido para a sua gloria e para a sua fama. Porque, como teria podido este general quebrar o encanto á longa fortuna dos exercitos de Napoleaõ, se ás armas Inglesas não tivesse tido sempre unidos trinta mil ou mais Portuguezes? De certo, a maior gloria que elle teria podido alcançar na Peninsula

seria o morrer em um campo de batalha como sir John Moore na Corunha, gloria, que elle esteve bem perto de adquirir na celebre batalha de *Talavera de la Reina*, na qual ainda não tinha a fortuna de ter a seu lado o valor Portuguez (1). Apesar disto, como se não podesse supportar uma tamanha obrigação, sahio de Portugal sem dizer sequer um *adeos* a esse brioso exercito que tanto o havia illustrado, ao mesmo passo que, sem dever nenhuma dessas obrigações ao exercito Hespanhol, se despedio formalmente d'elle, mostrando-se assim tão submisso para com a nação e o governo de Hespanha, quanto altivo para com a nação e governo Portuguez (2).

Dentro de casa ficaram tambem ainda os Portuguezes sofrendo todo o peso da altivez Britannica; porque ainda que parecesse justo e até politico que, acabada a guerra, se despedissem todos os officiaes

(1) Assim mesmo a não ser o exercito Portuguez, o qual, não obstante o não ter então entrado regularmente em acção, com tudo retardou a marcha do marechal Soult que descia da Galiza para o colher pela retaguarda, lord Wellington não poderia ter escapado de *Talavera de la Reina*.

(2) He este o mesmo homem, que sendo o arbitro da distribuição das indemnisações que a França foi obrigada a fazer ás diversas potencias da Europa, em consequencia da segunda paz de Paris de 20 de novembro de 1815, apenas destinou para Portugal *dois milhões de francos!* Poz-nos ainda abaixo da Dinamarca, que recebeu *dois milhões e meio!* Em fim fomos nós os ultimos na escala *Wellingtica* das indemnisações; nós, a quem elle deve tudo o que he; nós, que, por nosso auxilio e valor, fizemos com que se podesse cobrir com a mascara dos heróes!

Inglezes e o general, como mui sabia e prudentemente ja tinha acontecido depois da guerra de 1762, não aconteceo, com tudo, assim; e o marechal Beresford com todo o immenso numero de officiaes da sua nação de que estavaõ cheios todos os nossos regimentos, continuou a ficar entre nós, e a governar-nos e dirigir-nos como antes da paz. Por este modo, em tempo de paz, alcançaram sobre nós os nossos allia-dos uma conquista que nossos inimigos em tempo de guerra nunca tinhaõ podido realisar. E com effeito, esta conquista, e todas as fataes consequen-cias, que della resultaram, foraõ-nos muito mais prejudiciaes que as tres invasões Francezas; porque estas, repellindo-as nós como obra de um inimigo, nos deixaram em toda a liberdade de poder reparar seus effeitos; porem sujeitando-nos voluntaria e estultamente a aquella, tambem voluntaria e estul-tamente nos sujeitamos a todos os máos resultados da sua constante e prejudicial influencia, e tanto mais prejudicial por ser exercida debaixo das enga-nadoras apparencias de uma verdadeira e sincera alliança.

Em quanto nós estavamos assim politicamente conquistados dentro de Portugal, a nossa alliada In-glaterra, por meio do seu ministro lord Castlereagh, consumava exteriormente esta mesma conquista não so pelo tratado de Paris de 30 de maio de 1814, mas pelo da paz geral, feito e assignado no anno seguinte no congresso de Vienna. Pelo artigo 10 do mencionado tratado de Paris, o gabinete Britan-nico, que pelas promessas solemnes do tratado de 1661 devia ser o primeiro em não consentir que perdessemos um palmo de territorio, justamente ad-

quirido, foi tambem o primeiro em estipular e consentir que perdessemos a Guyanna Franceza, que em taõ justa guerra havia sido ganhada. Naõ foi este procedimento somente escandaloso por consentir em que perdessemos esta conquista, seguramente para ficar com mais alguma cousa dos despojos de França, como ja em 1801 tinha feito para guardar para si a ilha da Trindade; porem pelo modo absoluto e indecente com que dispoz de uma propriedade, cujo administrador, o governo Portuguez no Brasil, estava ausente do lugar em que isto se tratava a 1400 legoas de distancia. Naõ se podia, com effeito, fazer maior insulto ao principe regente de Portugal e ao seu governo do que este que entaõ lhe fez a politica Britannica; mas tal era a servil dependencia em que entaõ estava toda a nossa administração tanto no Brasil como na Europa, que tranquilamente passou por este insulto como por todos os mais ja tinha passado. Depois de todos os prejuizos que Portugal tinha soffrido pelas tres invasões Francezas, e particularmente pela ultima, que cousa mais racionavel e mais justa podia haver do que o dar-se-nos a Guyanna como indemnisação pelas perdas immensas que a França nos tinha causado? Mas, embora se cedesse esta conquista; ella nunca devia entrar no artigo de um publico tratado sem primeiro se obter o consentimento de quem so o podia dar: o comportamento opposto foi um insulto feito á dignidade da coroa Portugueza, e este insulto recebeo ella da sua antiga alliada a Inglaterra!

Passou ainda a mais o desprezo com que se houve para comnosco nessa mesma occasião o gabinete Britannico; porque naõ exigio formalmente, como



era obrigado, que se nos restituísse Olivença, que nós so por sua causa, e por não quereremos abandonar a sua alliança, tínhamos perdido em 1801. Como para nos enganar ou illudir, apenas fez que no artigo 105 do tratado do congresso de Vienna, se estipulasse que os aliados procurariaõ fazer com que ella nos fosse restituída. Mas nós nada tínhamos que fazer, e menos nada que esperar das outras potencias, e so de Inglaterra he que tínhamos direito a exigir a garantia d'aquella porção do territorio Portuguez; e tanto mais bem fundado era este nosso direito, que nós ja havíamos reconquistado aos Francezes esta mesma Olivença, e todo o seu territorio. Como cumprio porem da sua parte Inglaterra com a sua mediação para que aquelle valioso dominio nos fosse restituído? Como sempre tem costumado fazer; desprezando-nos, e servindo-se de nossas perdas para melhor accrescentar os seus interesses. Este caso, relativo a Olivença, está ainda acompanhado de uma circumstancia que o torna muito mais aggravante, e vem a ser, que tendo ja passado ao nosso poder essa mesma Olivença, ella havia tornado para as mãos dos Hespanhoes por influencia dos Inglezes, que entãõ governavaõ completamente Portugal debaixo da direcção immediata do marechal lord Beresford: logo he de toda a evidencia, que esta perda he unica e exclusivamente devida aos Inglezes, que não so com toda a probabilidade aconselharam a regencia de Lisboa para que fizesse esta restitução, o que ella servilmente fez; porem ainda depois no tratado geral de Vienna deixaram este caso duvidoso, e nunca mais se importaram com elle.

Ao mesmo passo que o gabinete Britannico sacrificava uma parte dos nossos dominios aos interesses que tinha com a França e com a Hespanha, fazia ainda o sacrificio de outra parte aos novos interesses que pertendia ter com a Hollanda. Pelo tratado particular que fez com esta nova potencia, levantada dos despojos de França, entregou-lhe Columbo, e para si guardou Cochim; o que era expressamente contrario ás estipulações do tratado de 1661, como já mencionei no capitulo VIº desta obra, e bem assim ao novo tratado, feito comnosco em Vienna, o qual ratificou e vigorou todos os mais antecedentes. Mas, he necessario que os Portuguezes por uma vez se convenção desta grande verdade, que Inglaterra nunca faz caso de tratados senão em quanto delles pode tirar alguma utilidade, e que os quebranta e despreza sem escrupulo nem remorso logo que nelles não encontra proveito. Desta verdade está desgraçadamente cheia toda a historia das nossas sempre fataes allianças com Inglaterra. Portanto, ficando assás evidente, que não posso ser accusado de exaggeração quando affirmo que depois da paz com a França ficamos verdadeiramente conquistados pela politica Britannica tanto no que dizia respeito aos nossos negocios internos como aos externos, porque dentro de casa tinhamos um general Inglez, com uma numerosa officialidade da sua nação, que nos estava absolutamente governando, e fora della tinhamos a diplomacia Britannica, que reforçava esta conquista, dispondo de nossos bens e dominios como se fossem seus proprios.

A paz, que parecia dever-nos trazer a felicidade, aggravou com effeito ainda mais as nossas

desgraças, não só patenteando-nos a miseravel situação em que ficamos, porem reduzindo-nos ao estado mais deploravel a que pode chegar uma nação. Sim, a paz nos fez immediatamente sentir as largas e profundas feridas que nós tinha causado a guerra, e pelas quaes Portugal não tinha dado fé durante a lucta, á maneira do valeroso athleta que, durando o combate, parece não sentir as pesados golpes que recebe. Então vimos os nossos melhoes campos talados e desertos; as nossas cidades, villas, e aldeas queimadas, e talvez mais de cem mil cadaveres Portuguezes espalhados sobre um terreno completamente devastado, e em parte por effeito da atroz, e verdadeiramente singular, tactica Britannica (1). Alem desta enorme porção de habitantes tinhamos ainda perdido a flor do antigo exercito Portuguez, que os Inglezes muito de proposito desampararam na *Convenção de Cintra*, e que depois um governo atroz e demente excluiu da patria, aterrando os seus principaes chefes com a infamia e o cadafalso, ainda quando elles não tinhaõ entrado em territorio Portuguez (2). Com a falta de tantos

---

(1) A ordem de mandar sahir os habitantes não só das aldeas mas das villas e grandes cidades, foi um remedio heroico, porem era peor do que a infirmitade, e nunca podia ser applicado senão por individuos que so tinhaõ em vista o salvar-se sem se importar com a total ruina do paiz. Este remedio foi para salvar o exercito Inglez; e para isso era indifferente aos nossos bons alliados que Portugal todo percesse. Estou bem certo que se um exercito Francez desembarcasse em Inglaterra, e ameaçasse Londres, o governo Britannico nem daria esta ordem barbara, nem acharia habitantes que a executassem.

(2) Não só aterrou em geral a todos os Portuguezes, sem o

braços desappareceram simultaneamente a nossa agricultura, industria, e commercio, porque quanto comemos, e vestimos durante a guerra nos passava pelas mãos dos nossos alliados. Ficou-nos, porem, ainda um grande recurso se houvesse um governo que delle se soubesse aproveitar; e este recurso foi uma avultadissima somma de numerario que Inglaterra tinha despejado em Portugal e Hespanha para sustentar e concluir uma guerra, que na realidade foi a verdadeira imagem da guerra dos deoses contra os gigantes.

Mas Portugal não tinha governo que merecesse tão honroso titulo: os homens que usurpavaõ este nome eraõ um monstruoso composto de brutalidade e tyrannia, de estupidez e demencia; e alem disto, servis instrumentos da politica Ingleza, que ali era sustentada, por uma parte, pelo mais inaudito acto de uma oppressora alliança, e por outra, pela mais vil e ignominiosa de todas as condescendencias: assim deixaram immediatamente desapparecer este poderoso recurso que podia e devia ser a taboa segura da nossa vigorosa resurreiçaõ. O numerario, que por muitos annos tinha corrido em torrentes, e por assim dizer tinha inundado Portugal, de nada servio para o fertilisar; porque na occasiaõ em que elle podia dar fructos, isto he, no tempo da paz, entrou logo a retroceder tambem em torrentes para os mesmos depositos donde tinha sahido. Com isto succedeo, por conseguinte, o que necessariamente

---

que infallivelmente os teria recuperado, mas poz a preço algumas das suas cabeças; methodo atroz de promover assassinos, e so usado em tempos de horrorosa tyrannia.

dévia succeder; ficamos sem dinheiro, e sem agricultura, industria, e commercio, e fomos obrigados a receber dos estrangeiros tudo quanto precisavamos até para supprir as primeiras necessidades da vida.

Para a ultima decadencia e ruina de Portugal combinaram-se ainda outras causas mui poderosas, alem das que resultavaõ do pessimo governo local a que por desgraça estavamos sujeitos, e da fatal sujeição em que nos tinha a presença de um soldado Inglez, rodeado de officiaes da sua propria nação, e commandante em chefe de toda a nossa força militar. Entaõ pela primeira vez se começaram a ver e a sentir com a maior consternação e a maior magoa as fataes consequencias da retirada da côrte e do governo para o Brasil, porque tambem entaõ bem cruelmente se entraram a sentir todos os effeitos desastrosos tanto da abertura dos portos a todas as nações, como do monstruoso tratado de commercio de 1810, que tinha assassinado toda a industria Portugueza. Até aquellas duas epochas, verdadeiramente infelizes, era Portugal o deposito de todos os productos do Brasil, e por consequencia não so o seu commercio era mui seguro e avultado, porem igualmente a sua industria se animava, e progressivamente hia crescendo, porque com ella pagava uma grande parte dos generos coloniaes que recebia ou para exportação ou para consumo. Mas estancada esta grande fonte de riqueza, com ella acabou quasi de todo o nosso commercio, e a constante e extensa navegação que elle alimentava. Portugal não poudé ja saldar o emporte do pouco que recebia com os productos da sua propria industria;

porque os estrangeiros introduziaõ livremente em todos os portos do Brasil outros similhantes, em dobradas e triplicadas quantias, e muito mais baratos. Nem mesmo com os generos da sua agricultura, como o vinho, o azeite, o sal, etc., podia fazer alguns encontros, porque, apezar de elle exclusivamente consumir todos os productos do Brasil, este, com um escandalo inaudito, indifferentemente recebia com iguaes, e ainda as vezes com menores direitos, todos os productos da agricultura estrangeira, taes como os vinhos do Cabo e Catalunha, e tudo o mais que lhe fazia conta, sem que o governo nem o seu chefe indolente fizessem o mais pequeno caso deste monstruoso abuso de administração.

Devia, portanto, não so extinguir-se todo o commercio de Portugal, porem todas as nossas fabricas deviaõ tambem acabar, como, na verdade, acabaram. E com effeito que interesse podia ter o fabricante em conservar ou adeantar os diversos ramos da sua industria, se delles ja se não podia servir nem para exportação nem para consumo?

A estas terriveis, mas necessarias consequencias da cruel e desatinada politica do governo do Rio de Janeiro, accresceo ainda o systematico plano de empobrecer e arruinar Portugal por outros modos não menos desastrosos. Em quanto este fazia os mais maravilhosos esforços para sustentar a coroa ao rei ausente, e fugitivo da scena do perigo, não so não recebeo nunca delle nem do Brasil auxilio algum importante para o difficil e trabalhoso desempenho da guerra, mas o que fará pasmar a posteridade, contribuia ainda ò mesmo Portugal com sommas

enormes para alimentar a dilapidação e o luxo de uma côrte ociosa e ingrata. Todas as rendas particulares da familia real eraõ constantemente invidas para o Rio de Janeiro; e ainda naõ contentes com ellas, eraõ tambem frequentes os saques sobre o erario de Lisboa para se pagarem as avultadas remessas da Europa que os appetites da mesma familia cada dia escogitavaõ. Assim a exemplo do rei e da sua familia tambem todos os nobres e creados, que os tinhaõ acompanhado, tiravaõ annualmente de Portugal todas as suas rendas; e por este modo, no meio das suas fadigas, de seus trabalhos portentosos, e de suas perdas enormes, era elle ainda obrigado a sustentar de taõ longe a milhares de ociosos e fugitivos, que naõ so naõ vinhaõ acudir á patria que estava em tanto perigo, mas ainda em cima a espoliavaõ, e á maneira dos cortesaõs de Nero banquetevaõ e folgavaõ ao claraõ do incendio que a devorava.

Este procedimento, unico na historia das nações, ainda poderia achar quem o desculpasse em quanto durou a guerra, e existiaõ as duvidas se Portugal recobriria a sua independencia, ou ficaria sendo uma provincia de França: concluida porem a lucta taõ heroica e nobremente, quem será que se atreva a desculpar o rei, o seu governo, e a sua côrte naõ so de naõ auxiliarem, ao menos na sua convalescença, o brioso Portugal, que taõ ingratamente tinhaõ desamparado na crise, mas até de o continuarem a espoliar por um modo cada vez mais deshumano e mais barbaro? Com effeito, Portugal começou a ser ainda mais opprimido e vexado depois da paz do que o tinha sido até ali; porque até entãõ

so era espoliado no seu commercio, industria, e dinheiro, mas depois da paz o foi ainda por uma nova e inaudita contribuição, que foi em soldados, e no competente soldo para os pagar.

Por uma miseravel politica, e por um interesse que so podia ser o da Inglaterra, porque esta entãõ dirigia exclusivamente os nossos negocios tanto no Brasil como em Portugal, entrou aquelle, ou o governo que o dirigia, em uma guerra funesta contra Monte-Video e suas dependencias; e como não tivesse tropas para a emprehender, mandou hir de Portugal uma divisaõ dos veteranos que acabavaõ de fazer a guerra da Peninsula, e o obrigou ainda em cima a concorrer *mensalmente com sessenta contos de reis metallicos* para pagar essa mesma divisaõ, que se hia empregar em serviço não somente estranho, mas até contrario, como a experiencia desgraçadamente mostrou, aos seus verdadeiros interesses. O resultado foi um novo golpe de morte para o ja exhausto e oppresso Portugal, porque a esta nova e gravissima perda de homens e dinheiro seguio-se a perda quasi total da nossa ja bem pouca marinha mercante. Os corsarios, debaixo da bandeira de Artigas, que não tinha nem um so porto nem um so navio, deram cabo da maior parte dos nossos navios de commercio, sem que o imbecil, ou corrupto governo do Rio de Janeiro tomasse uma so medida para proteger-nos. Sim, para caracterisar um tal governo, e para mostrar todo o desprezo, e até todo o odio que elle devia merecer, bastará reflectir que, emprehendendo loucamente uma tal guerra, ainda muito mais loucamente se houve no seu desempenho; porque entregou sem defenza a



uma vergonhosa depredação dos corsarios inimigos todo o commercio maritimo de Portugal, parecendo assim so estar aconselhado pelo gabinete Britannico, a quem isto unicamente convinha, para que todo o nosso commercio se fizesse depois em seus navios. E para ser ainda mais grave esta escandalosa maldade deve-se notar, que toda a antiga marinha militar de Portugal tinha sido arrebatada para os portos do Brasil, aonde estava apodrecendo no maior desamparo; e que por consequencia estava o mesmo Portugal na impossibilidade physica de se poder defender.

Duas grandes cousas ja tinha conseguido o gabinete Britannico: a primeira foi a separação do Brasil, porque ainda que esta se não fizesse então de *direito*, ficou feita de *facto*. Pois que importava que o Brasil e Portugal se chamassem depois um *reino unido*, se todas as suas relações commerciaes se tinhaõ quebrado pela abertura dos portos do primeiro a todas as nações, e com esta abertura se haviaõ quebrado todos os laços da sua primitiva uniaõ? A quem o Brasil ficou realmente unido foi á *Inglaterra*, que logo se apossou de quasi todo o seu commercio e riquezas, que antes pertenciaõ a Portugal. He preciso pois hoje não confundirmos os termos, e chamar cada cousa pelo seu nome: quem separou o Brasil de Portugal não foi nem a revolução de 1820, nem o congresso que depois se lhe seguio; os que fizeram esta separação, sejaõ elles quem forem, são todos os que aconselharam loucamente a cõrte e o governo que fugissem para o Rio de Janeiro, em vez de ficarem na capital dos Açores; e finalmente são aquelles, que aconselharam e assignaram o decreto de 28 de janeiro de 1808, datado da

Bahia, pelo qual os portos do Brasil se abriram indistinctamente e sem reserva a todas as nações.

A segunda cousa importante que tambem o gabinete Britannico tinha conseguido, foi a verdadeira *colonisação*, a que tinha reduzido o desgraçado Portugal não so durante a guerra Peninsular, mas ainda depois de ella ja estar acabada, epocha, em que o marechal Beresford nos ficou governando com a mesma, senão maior auctoridade do que aquella com que um vice-rei Inglez hia governar a Irlanda. Em verdade, Portugal em todo o tempo em que esteve curvado debaixo da ignominiosa espada do marechal Beresford, não podia ter outro nome do que o de uma *colonia Britannica*, com a differença porem, que todas as mais colonias Britannicas eraõ governadas pelas leis Inglezas, isto he, leis justas e liberaes, e Portugal era governado por leis iguaes ás de Argel ou de Marrocos. Apezar disto, a politica ambiciosa de Inglaterra ainda não estava satisfeita, porque para Portugal e para o Brasil ainda tambem havia um chefe supremo, o qual, bem-que nominal, era com tudo preciso respeitar de um certo modo em publico, e dirigir completamente em particular e em segredo. Mas isto não era possivel completamente conseguir-se em quanto o principe regente de Portugal e a sua cõrte se conservassem no Brasil, onde pela sua distancia e posição, fóra do immediato alcance do poder Britannico, podiaõ uma vez ou outra sentir a sua propria independencia, e em consequencia deste sentimento resistir ao pleno e directo dominio de Inglaterra. Era, portanto, necessario collocar tambem o governo supremo Portuguez e o seu chefe debaixo da imme-

diata influencia da espada do marechal Beresford, e para isso traze-los para a Europa; e esta foi uma das grandes concepções politicas que a final o gabinete Inglez pertendeo realisar.

Preparou-se para este fim uma brilhante expedição maritima, e della se deo o commando a um distincto official de marinha que, nem mais nem menos, era o irmão do proprio marechal Beresford, que tão importante figura estava representando em Portugal. E tão certo parecia a esse tempo estar o gabinete Inglez de que a sua concepção politica teria bom resultado que, sem ainda saber como ella seria tomada no Rio de Janeiro, fez logo immediatamente partir para Lisboa M. Canning como embaxador extraordinario, destinado para receber e comprimentar o real prisioneiro, que suppunha viria sem difficuldade lançar-se em seus braços e tutella. Achou-se, com tudo, desta vez enganada a perspicacia Britannica; porque D. João VIº, ainda então principe regente, ou fosse por sua natural irresolução, e apego que em consequencia della ja tinha ao Brasil, ou por alguns bons conselhos que alguem lhe desse, recusou aceitar a offerta que se lhe fazia, e assim não cahio no laço que lhe tinhaõ preparado.

Como este stratagemma falhasse, cuidou logo o gabinete Britannico em apertar cada vez mais os grilhões com que tinha maneado o miseravel e escravo Portugal, a fim de poder ao menos dispor deste á sua vontade, ja que o não tinha podido fazer do principe regente, nem de todo o Brasil, em que elle continuou a conservar-se, bem apezar dos desejos de Inglaterra. Para conseguir este fim servio-se muito a proposito do marechal Beresford, que partio

para o Rio de Janeiro pelo meado do anno de 1815, e lá se conservou até 1816, chegando de volta a Lisboa em setembro do mesmo anno. Não podia esta viagem do marechal ser mais ventajosa do que foi tanto para os seus interesses como os de Inglaterra, e por conseguinte também ella não podia ser mais desastrosa do que foi para a independencia, e verdadeiros interesses de Portugal. Conseguio ali, ou antes extorquiu do imbecil, ou mal intencionado ministerio do Brasil dois regulamentos militares que constituiram verdadeiramente o marechal Beresford *rei absoluto* de Portugal, e este desgraçado reino um *quartel*, ou uma *fortaleza militar* de Inglaterra. Era o primeiro intitulado *Regulamento de Ordenanças*, e o segundo, *Regulamento para organização do exercito de Portugal*; ambos assignados pelo marquez de Aguiar, e ambos com a mesma data de 21 de fevereiro de 1816 (1). No das ordenanças se estabeleceu o modo do recrutamento; e por elle se verá a que ponto de miseria e de exaustação se pertendia levar a agricultura e commercio do nosso desgraçado paiz, que ainda não parecia bastante fraco e exaurido á politica Britannica para socegradamente o governar. Em prova disto citarei so dois artigos, pelos quaes os leitores poderaõ avaliar a importancia dos outros.

Diz um delles : « Seraõ isentos do recrutamento  
 « o chefe de familia, o abogaõ, e um filho ou creado  
 « daquelles lavradores que deitarem á terra 6 moios  
 « de sementeira. »

---

(1) Vejaõ-se os n.ºs do Investigador Portuguez 68, e 69, v. 17, e 18, pag. 441, e 59.

E diz o outro : « Seraõ isentos os guardalivros ,  
« e um caixeiro ou filho dos negociantes de grosso  
« trato. »

Ora quando aos lavradores que deitavaõ á terra 6 moios de sementeira, que saõ proporcionalmente bem poucos, apenas se isentavaõ duas pessoas, bem se vê o caso que se fazia dos pequenos que semeavaõ alqueires, e saõ quasi todos os de Portugal. Isto queria, portanto, dizer litteralmente, que todas as charruas se convertessem em espadas; e que nós deviamos apressadamente caminhar para *a idade de ferro*, porque na *idade de oiro*, diz a antiga mythologia, que todas as espadas se converteram em charruas.

Quando aos negociantes de grosso trato se isentavaõ em tempo de profunda paz unicamente duas pessoas, ou nenhuma ideia se tinha do commercio, e da gente que necessita empregar um grande escriptorio, ou de proposito se queriaõ hir extinguindo pouco a pouco as casas commerciaes Portuguezas. Com effeito, o que daqui devia resultar era, que os negociantes, que ainda conservassem a mania do commercio, procurariaõ ter caixeiros, por exemplo, Inglezes; e como estes de caixeiros haviaõ de passar um dia a ser negociantes, dentro de vinte annos, de cem casas de commercio estabelecidas em Portugal noventa e nove seriaõ Inglezas, e *uma* Portugueza! Assim por este magnifico presente que o marechal Beresford nos trouxe do Brasil, teria elle, se o deixassem, feito necessariamente passar o resto do nosso commercio para as maõs dos seus patricios Inglezes.

No segundo Regulamento, intitulado *da Organi-*

*sacção do exercito*, leem-se artigos que fazem passar, vendo-se como tivemos um governo a tal ponto falto de dignidade e dos nobres sentimentos da independencia nacional, que desse taõ exorbitantes poderes a um estrangeiro. Pelo artigo 9º, punhaõ-se á disposiçaõ do marechal Beresford as guarnições dos postos mais importantes do reino, taes como Lisboa, Porto, Elvas, Almeida, e outros, consentindo-se, que elle per si so regulasse as forças destas mesmas guarnições, e as rendesse quando bem quizesse. Pelo artigo 11 permittia-se-lhe igualmente formar cada anno um campo, em que, debaixo do pretexto de instrucçaõ, podia reunir pelo espaço de 30 dias todas as tropas que muito bem lhe parecesse. E pelo artigo 27, para não fazermos mais enumerações, podia elle ainda reunir por tres dias, sem consentimento do governo local, qualquer regimento de milicias. E não era isto pôr inteiramente em suas mãos a sorte, e os destinos de Portugal e do governo? Mas não foi so a um simples estrangeiro que se fazia este vergonhoso sacrificio da nossa independencia; foi a um estrangeiro, que actualmente era general do exercito Britannico, era coronel de um regimento Inglez, e por tudo isto ainda estava recebendo soldo de Inglaterra (1)! Na ordem do dia, que o mesmo marechal publicou com data de 21 de outubro de 1816 (2), e na qual annunciava ao exercito Portuguez estes dois notaveis regulamentos como provas

---

(1) Veja-se o que a este respeito dice o *Morning Chronicle* de 17 de janeiro de 1817, e que se acha citado em o nº 68 do *Investigador Portuguez*, vol. 17, pag. 520.

(2) *Investigador Portuguez*, nº 67, vol. 17, pag. 341.

da munificencia do ministerio e governo do Brasil para com os Portuguezes, gloriava-se elle, e até exultava de prazer, dizendo, que por meio destes dois fatalissimos engenhos de consumada tyrannia, hia Portugal a ter sempre completo um exercito de 50 a 60 mil homens! E para que era este monstruoso exercito em tempo de paz, e no fim de uma guerra que tinha assolado Portugal, e lhe havia feito perder mais de cem mil habitantes? Podia isto ser em proveito da sua povoação, da sua agricultura, ou da sua industria e commercio? Certamente não: logo todos os proveitos destas ruinosas medidas eraõ para Inglaterra. Fazendo com que tivéssemos um exercito taõ numeroso, e por consequencia absolutamente contrario a todos os nossos melhores interesses, so queria que os Portuguezes assim inregimentados, e commandados por officiaes Inglezes, fossem nas suas mãos o que no tempo dos imperadores eraõ as legiões Gaulezas ou Germanicas commandadas pelos Romanos. O nosso exercito não era pois nesta epocha um exercito nacional, mas um exercito Britannico, unicamente organizado para nos conter rigorosamente debaixo da servidaõ de Inglaterra.

Mas estas medidas, assassinatoras de toda a nossa independencia, e de toda a nossa prosperidade nacional, medidas, com que o marechal Beresford se persuadia poder conservar Portugal debaixo da absoluta dependencia de Inglaterra, e com as quaes tambem os seus *proconsules do Rocio*, taõ indevidamente denominados regencia do reino, pertendiaõ perpetuar a sua servil auctoridade, longe de concorrerem para os desastrosos fins que tanto uns como outros tinhaõ em vista, apressaram, pelo contrario,

a quéda de seus auctores e executores. De concerto com ellas todos os mais procedimentos, tanto da parte do governo do Brasil como do de Lisboa, unanimemente conspiravaõ para uma indispensavel mudança em Portugal. A administração em ambos os mundos hia cada vez a peor, e o principe D. João, agora declarado rei em 16 de março de 1816 pela morte de sua mãe a rainha Maria I<sup>a</sup>, fallecida no mesmo dia, cuidava tanto do bem dos povos com este ultimo titulo como antes tinha cuidado com o de regente. Duas revoluções quasi ao mesmo tempo se declararam nos dominios Portuguezes, a primeira em Pernambuco no dia 6 de março de 1817, e a segunda em Lisboa em 31 de maio do mesmo anno (1). Não estava porem o Brasil nas mesmas tristes circumstancias em que se achava Portugal, e por isso menos desculpa tinha para tentar uma revolução; porque ainda que fosse verdade não estar governado como devia, com tudo havia ganhado tanto com a sua nova situação politica e commercial, que mais lhe competia o estar entaõ quieto do que tentar uma mudança, qualquer que ella fosse. Os ministros mais influentes que até ali tinhaõ dirigido em primeira instancia os negocios do Brasil e de Portugal, haviaõ sido D. Rodrigo, conde de Linhares, o marquez de Aguiar, e Araujo, conde da Barca, os quaes ainda que não tivessem feito tudo o que podiaõ e deviaõ fazer a bem do Brasil, tinhaõ com tudo feito muito; e para com Portugal não sonada haviaõ feito que bom fosse, mas antes lhe ha-

---

(1) Veja-se no Investigador Portuguez, nº 74, vol. 19, pag. 242, a portaria da regencia a este respeito.



viaõ feito todo o mal que tinhaõ podido, quer por calculo, quer por ignorancia ou por fraqueza. Assim a revolução de Pernambuco foi obra de temeridade e indiscrição; e a de Portugal foi um effeito necessario da degradação politica a que o tinhaõ levado, e dos males com que, a par desta mesma degradação, o estavaõ constantemente affligindo.

Apezar de que os motivos, que tinhaõ ambos os paizes para estarem descontentes da auctoridade que os governava, fossem mui diversos, e nelles pesasse muito a balança a favor de Portugal, com tudo a conspiração de Pernambuco foi uma verdadeira revolução, sustentada pelas armas, e com o rompimento formal de todos os laços que prendiaõ esta provincia ao governo a quem até ali obedecia. A de Lisboa porem não passou de um simples projecto, ainda escondido debaixo do véo do segredo, sem consequencias assustadoras pelo pequeno numero e qualidade das pessoas que nella figuravaõ, e alem disto soprado e alentado maliciosamente por meio de atrozes artificios para augmentar victimas, e dellas se fazerem degrãos para nelles perpetuarem seu odioso governo os que entaõ dominavaõ o desgraçado Portugal. O objecto principal parece ter sido o libertar a nação do vergonhoso jugo estrangeiro em que a tinha oppressa um soldado Inglez; e esta verosimilhança adquire muito maiores grãos de probabilidade pela parte activa que em todo este odioso negocio teve o marechal Beresford. Entre os chamados conjurados so appareceram dois nomes distinctos, que foraõ o do general Gomes Freire de Andrade, e o do barão d'Eben, official Hanoveriano, que do serviço de Inglaterra tinha passado para o

de Portugal; os outros individuos eraõ officiaes de pequenas patentes, e pela maior parte reformados e descontentes do marechal.

Se nos que entaõ governavaõ Portugal houvesse amor de justiça, e ja não digo de humanidade, vendo que todos estes movimentos occultos nasciaõ da situaçaõ, verdadeiramente desgraçada, em que se achavaõ os Portuguezes, sem muita difficuldade teriaõ podido abafar aquella apenas imaginada conspiraçãõ, sem lhe dar a importancia que lhe deram, e mais ainda sem a punirem com a ferocidade atroz com que taõ barbaramente a puniram. Mas não era essa a politica nem dos *servos* nem do *senhor* que entaõ governavaõ Portugal; porque tanto este como aquelles queriaõ perpetuar o seu dominio sobre nós, e estultamente se persuadiram, que este era o meio seguro de o conseguirem. Que essa insignificante conspiraçãõ foi instigada e adiantada muito de proposito para este horroroso fim, claramente o manifesta a declaraçaõ dos tres mais famosos delatores (1) que nesta horrivel scena figuraram. Muito tem trabalhado o marechal Beresford para tirar de si esta nodoa indelevel; e para isso ja mandou escrever um grosso livro; mas nada conseguiu com esta publicaçãõ de encomenda, nem o ha de conseguir, ainda quando mande publicar mais 99 volumes desta especie, porque todos elles confirmaraõ cada vez mais os leitores em que a consciencia do marechal sente remorsos, o que costuma ser prova de delicto. Quem he o primeiro accusador do marechal Beres-

---

(1) José de Andrade Corvo de Camões, Pedro Pinto de Moraes Sarmiento, Joaõ de Sá Pereira Ferreira Soares.

ford não he o publico, he a voz, he a declaração dos seus proprios instrumentos, *Corvo, Pinto, e Soares*, os quaes na participaçãõ authentica que fazem de seus infames serviços para a côrte do Rio de Janeiro, franca e abertamente declaram (ao menos algum delles) que foraõ empregados pelo marechal para tomarem a vil capa de complices; com ella animarem os malfadados e illusos conspiradores; e depois larga-la, para assumirem o hidiondo character de informantes ou delatores (1). Em quanto o marechal Beresford não tiver, por consequencia, poder para aniquilar este luminoso documento, ou para fazer com que os Portuguezes perçãõ delle a memoria, pode estar certo que deste caso tambem sempre se ha de fazer o conceito que elle merece.

Outra circumstancia ainda ha neste funesto acontecimento que muito fez inclinar o juizo do publico a persuadir-se, de que ella ao menos não desagradou ao marechal, porque nada fez para a impedir, podendo o fazer. Esta circumstancia he a que diz respeito á pessoa do general Gomez Freire de Andrade. Era este brioso general o que menos estava envolvido na conspiraçãõ, porque nem era auctor della, nem com os conspiradores tinha ligaçãõ alguma de juramento; era simplesmente sabedor do que geralmente se meditava, e isto por incompletas confidencias. Tinha, porem, contra si um grande inconveniente, que era a *estimaçãõ geral do povo, e a affeicãõ do exercito*; e com estas qualidades a muita gente parecia que não podia ser amado nem

---

(1) A participaçãõ authentica de que se falla está impressa em o n.º 9 do Campeãõ em Londres, vol. I.º, pag. 290.

do consul nem dos proconsules que entaõ nos governavaõ. Foi, portanto, esta illustre victima sacrificada; e entaõ naõ houve ja poder para embarçar que os presentes e futuros fizessem o juizo que bem lhes parecesse. Mas porque naõ impedio o marechal Beresford este horroroso sacrificio em que se violaram as leis mais sagradas da justiça? Naõ impedio elle o do barãõ d'Eben, que, se naõ era mais culpado, ao menos, o era tanto como o general Gomez Freire? Para esta disparidade, de que so o marechal Beresford pode dar uma conviccente razãõ, so achamos uma conjectura, e he : que o barãõ d'Eben era Hanoveriano, e como assim, nacionalmente *primo coirmaõ* do marechal; e o general Gomez Freire pertencia á colonia militar que elle governava, e tinha alem disso, o defeito de ser mui bem quisto dessa mesma colonia, que mostrava naõ ser demasiadamente affeioada ao seu governador.

Quaesquer que fossem porem os motivos que operaram nesta horrorosa catastrophe, vio-se que apesar de que esta conspiraçãõ fosse verdadeiramente insignificante em comparaçãõ daquella que quasi no mesmo tempo se manifestou em Pernambuco, no castigo desta houve muita moderaçãõ e até respeito ás leis da humanidade; na de Portugal desenvolveo-se um taõ decidido espirito de odio e de vinganças, que bem mostrou que em uma parte so se quiz satisfazer a justiça, e na outra os interesses particulares. Um governo local, qualquer que elle fosse, mas que tivesse probidade, patriotismo, e alguma sombra de virtudes moraes, conhecendo as causas, ou os poderosissimos motivos do publico e geral descontentamento, teria aproveitado esta oc-

casiaõ para representar ao vivo á côrte do Rio de Janeiro o estado miseravel de Portugal, os justos queixumes do povo, e os verdadeiros remedios que convinha empregar; e por nenhuma forma deveria ter tomado sobre si a responsabilidade de punir taõ atrozmente actos, que mais nasciaõ dos desacertos, e até das injustiças de ambos os governos do que da deslealdade da naçaõ. Com tudo, os nossos imbecis e tyrannicos proconsules antes quizeram ostentar de assassinos e algozes do que figurar de mediadores entre Portugal e o governo do Brasil.

Foi, por consequencia, o castigo prompto e atroz: prompto; porque sem consultarem seus amos, de quem deviaõ esperar as ordens do Rio de Janeiro, cahiram logo, como tigres, sobre as victimas, que elles mesmos tinhaõ preparado para o sacrificio, e as devoraram. E atroz; porque em toda a longa historia dos crimes e barbaros horrores das proscriptões antigas, ou das atrocidades sem numero de que estaõ cheias as paginas da tyrannia, naõ se encontra um acto de tanta ferocidade e tanto espanto. Por um dia inteiro, e parte da noite do infausto 18 de outubro de 1817, estiveram os algozes secundarios enforcando Portuguezes, e queimando os seus cadaveres no meio de Lisboa, e no funesto campo de Santa Anna, entre as lagrimas e a consternação de seus numerosos habitantes.

Apezar de toda a barbaridade feroz desta execuçaõ, ainda houve outra de uma muito mais exquisita ferocidade, que foi a que se empregou contra o honrado e valente Gomez Freire. Naõ so para com elle se violaram todas as leis da justiça, porem as mesmas leis da honra e do brio militar. Ja se dice,